
 **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÓMICA APLICADA**

DIMAC - Diretoria de Estudos Macroeconômicos

 *- Coordenação de Finanças Públicas*

Boletim

de Finanças Públicas

ANO V Nº 14
MARÇO/2001

T
R
I
M
E
S
T
R
A
L

BOLETIM

FINANÇAS PÚBLICAS

1	<i>Sumário Executivo</i>	01
2	<i>Necessidades de Financiamento do Setor Público</i>	03
	<i>2.1 Dinâmica da Dívida Pública</i>	06
3	<i>Resultado Primário do Governo Federal</i>	09
	<i>3.1 Tesouro Nacional</i>	12
	<i>3.1.1 Receitas</i>	13
	<i>3.1.2 Despesas</i>	18
	<i>3.2 Previdência Social</i>	23
4	<i>Estados e Municípios</i>	28
	<i>4.1 Transferências Constitucionais</i>	28
	<i>4.2 Dívida Estadual e Municipal</i>	29
5	<i>Empresas Estatais</i>	31
	<i>5.1 Privatização e Dívida Pública</i>	33

DIMAC – DIRETORIA DE ESTUDOS MACROECONÔMICOS.

CFP - COORDENAÇÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS.



**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA
APLICADA**

PRESIDENTE

Roberto Borges Martins

DIRETOR DE ESTUDOS MACROECONÔMICOS

Eustáquio José Reis

DIRETOR DE ESTUDOS SETORIAIS

Luís Fernando Tironi

DIRETOR DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS

Gustavo Maia Gomes

DIRETOR DE ESTUDOS SOCIAIS

Ricardo Paes de Barros

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Hubimaier Cantuária Santiago

DIRETOR DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Sebastião U. Murilo Lôbo

O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica; e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

Publicação Trimestral.

Tiragem Limitada.

Trabalho concluído com informações disponíveis até 30.04.2001.

BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

**DIMAC - DIRETORIA DE ESTUDOS
MACROECONÔMICOS**

**CFP - COORDENAÇÃO DE FINANÇAS
PÚBLICAS.**

Corpo Técnico

José Oswaldo Cândido Júnior (Coordenador)

Bolívar Pêgo Filho

João Carlos Ramos Magalhães

José Carlos Jacob de Carvalho

José Hamilton de O. Bizarria

Marco Antônio de S. Carvalho

Marly Matias Silva

Maurício Mota Saboya Pinheiro

Roberto de Goes Ellery Júnior

Apoio Gráfico e Computacional

Rosângela Rabelo Gonçalves

Silvânia de Araujo Carvalho

O Boletim de Finanças Públicas é de inteira responsabilidade da Coordenação Geral de Finanças Públicas do IPEA/DIMAC. As opiniões aqui emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do IPEA e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Correspondência:

SBS. Qd. 01 - Ed. BNDES - 7º andar - sala 701
70.776-900 - Brasília - DF.

Telefone: (061) 315-5303 - Fax: (061) 315-5448

E-mail: oswaldo@ipea.gov.br

Internet: www.ipea.gov.br

A principal fonte de preocupação na conjuntura fiscal, no primeiro trimestre de 2001, refere-se aos custos fiscais do aumento da taxa de juros e da depreciação cambial. De fato, o impacto sobre a relação Dívida/PIB não é desprezível, principalmente se as incertezas com relação à solução da crise argentina e ao cenário político interno se prolongarem.

A trajetória da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), ao final de 2001, atingiria 49,9 por cento do PIB, num cenário de taxa de juros média de 15,5 por cento ao ano e taxa de câmbio média de R\$ 2,10 por dólar. Segundo estimativas do próprio BACEN, a depreciação de 1,0 por cento do Real frente ao dólar aumenta em 0,21 ponto percentual a relação DLSP/PIB. Isso significa que, de acordo com essa elasticidade, se a taxa média de câmbio estimada para este ano se elevasse para R\$ 2,15 por dólar (depreciação de 2,4 por cento em relação aos R\$ 2,10 por dólar do cenário básico), então a relação DLSP/PIB cresceria 0,5 ponto percentual, atingindo 50,4 por cento ao final de 2001.

A política do BACEN se concentrou em ofertar títulos cambiais, em atendimento à demanda por *hedge*, combinado com aumento de taxa de juros. Com isso, elevou-se a participação dos títulos cambiais no total da dívida mobiliária em mercado. Em março de 2001, cerca de 23,2 por cento dessa dívida era corrigida pelo câmbio, sendo 21,6 por cento a participação dos títulos cambiais em janeiro deste ano.

A estabilização da relação Dívida/PIB pode ser conseguida com o aumento do superávit primário. Um esforço fiscal de 1,0 ponto percentual do PIB, na hipótese de um câmbio médio de R\$ 2,15 por dólar, traria a relação Dívida/PIB para 50,2 por cento do PIB. É importante ressaltar que o aumento do superávit primário reforçaria a solidez dos

fundamentos macroeconômicos, também contribuindo para um recuo da taxa de juros e do câmbio para os níveis próximos ao período de choque externo. Essa é uma perspectiva que pode ser considerada, especialmente para 2002, quando se iniciam os efeitos de reconhecimento da dívida junto ao FGTS.

No primeiro trimestre de 2001, o superávit primário consolidado alcançou R\$ 15,0 bilhões, superando em R\$ 5,0 bilhões o critério de desempenho para o período. Em termos de composição do superávit primário, embora o governo central tenha contribuído com 50,4 por cento do total, seu resultado primário deteriorou-se R\$ 912,0 milhões. Isso verificou-se, principalmente, em função do aumento dos gastos que mais que compensou o crescimento das receitas do Tesouro Nacional em termos reais. Vale destacar o aumento de 0,3 ponto percentual do PIB em gastos com OCC e subsídios. Além disso, também contribuiu para essa deterioração o crescimento de 0,1 ponto percentual do déficit do INSS no mês de março, explicado principalmente por fatores atípicos.

Por outro lado, o maior ganho em termos de superávit primário originou-se nas empresas estatais, destacando-se as empresas federais, com um acréscimo de R\$ 944,0 milhões em razão do aumento dos lucros da Petrobras. Já o aumento do superávit das estatais municipais deveu-se, principalmente, ao aumento das tarifas de energia elétrica.

O desempenho fiscal dos estados e municípios também resultou em um aumento de superávit primário. No caso dos municípios o ganho foi de R\$ 588,0 milhões, representando 65,3 por cento do aumento do superávit dessas esferas. O desempenho da atividade econômica tem afetado positivamente a arrecadação de impostos como o ICMS e o IPI, que servem como base das transferências para os municípios. Além disso, o aumento de alíquota média do IPTU impulsionou a arrecadação das receitas

próprias. Paralelamente, os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal têm exigido uma política mais conservadora das novas administrações com relação ao aumento dos gastos.

Para 2001, as atuais preocupações se voltam para a trajetória da relação Dívida/PIB e das NFSP em razão do crescimento dos juros e da depreciação cambial. No entanto, conforme foi discutido acima, mesmo na hipótese de uma taxa de câmbio média de R\$ 2,15 por dólar, a DLSP não ultrapassaria a marca de 50,4 por cento do PIB. Não há razão para presumir que esse aumento em relação ao nível atual da DLSP - 50,0 por cento do PIB - signifique a retomada de uma trajetória de crescimento insustentável.

Em termos de superávit primário, espera-se que a meta de 3,0 por cento do PIB seja alcançada, com maiores ganhos marginais das empresas estatais e dos municípios. A depreciação cambial e o aumento de tarifas poderão contribuir para o aumento do superávit das estatais, especialmente no caso da Petrobras. Para os municípios, o crescimento das receitas disponíveis e austeridade nos gastos, impostos pela LRF, são os principais fatores explicativos. No governo central, não se espera ganhos significativos do seu superávit primário em relação a 2000. A razão para não se esperar ganhos na margem (ou até mesmo perdas) está no crescimento previsto dos gastos, principalmente dos dispêndios em OCC. A disposição do governo em acelerar seus programas e o efeito da Emenda Constitucional da Saúde deverão elevar o patamar desses dispêndios. Os gastos discricionários do governo central deverão crescer em torno de 8,5 por cento, em termos reais¹, à medida em que se concretiza a expansão do superávit primário dos estados, municípios e estatais. Além disso, o contingenciamento dos OCC poderá ser flexibilizado na medida em que aumentos não esperados de receitas ocorram, como aqueles

¹ Conforme o Decreto de Programação Financeira para 2001.

oriundos de medidas de combate à sonegação fiscal. O cruzamento de informações da CPMF com o IR e o acesso à movimentação bancária dos contribuintes já elevou o número de declarações do IR entregues à Receita Federal em 2001.

Pelo lado das receitas, espera-se nos próximos trimestres um crescimento mais significativo dos impostos ligados à atividade econômica (IR, IPI, IOF), que juntamente com as receitas de concessões e diretamente arrecadadas irão contribuir para a obtenção do superávit primário de R\$ 23,3 bilhões no governo federal, assim como previsto no Decreto de Programação Financeira.

No entanto, esse cenário de estabilidade da trajetória da dívida pública pode ser ameaçado pela atual crise energética. A magnitude desses efeitos depende de como o racionamento de energia afetará o crescimento econômico. A relação Dívida/PIB sofrerá certamente alguma elevação, dada sua alta sensibilidade ao crescimento do PIB. Além disso, menores taxas de crescimento do produto significarão menor arrecadação tributária, sobretudo da União e dos estados, o que exigirá corte de gastos na mesma magnitude para se manter a meta de superávit primário.

Para 2002, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias já contempla metas fiscais para o governo federal e empresas estatais federais, com superávits primários de R\$ 26,4 bilhões e R\$ 5,2 bilhões, respectivamente. A LDO já entra em conformidade com a LRF e passa a ter novas atribuições, dentre outras: a) traçar trajetórias de evolução atuarial e financeira dos regimes previdenciários e do FAT; e b) avaliar as possibilidades de expansão de despesas de caráter continuado e de possíveis riscos fiscais. Com relação a este último ponto vale destacar que, para 2002, o STF manifestou posição favorável a um reajuste linear dos funcionários públicos, o que pode gerar uma pressão significativa dado que a folha salarial ficará próxima dos R\$ 60,0 bilhões em 2001. Por outro lado, o recente acordo do governo com empresários

e trabalhadores logrou minimizar o impacto direto da dívida do FGTS sobre a DLSP (Box 1).

2 NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

As necessidades nominais de financiamento do setor público consolidado atingiram R\$ 5,0 bilhões ou 5,3 por cento do PIB em março de 2001, ante um superávit de R\$ 1,2 bilhão em março de 2000, equivalente a 1,2 por cento do PIB. No acumulado em doze meses, o déficit nominal aumentou de R\$ 53,4 bilhões em fevereiro de 2001 para R\$

59,5 bilhões no mês seguinte, subindo de 4,8 para 5,3 por cento do PIB, respectivamente (Tabela 2.1). O déficit nominal foi pressionado pelo aumento dos juros nominais, provocado pelos efeitos da depreciação cambial de 5,7 por cento, em março de 2001, sobre o saldo das dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao câmbio.

TABELA 2.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO ⁽¹⁾
Fluxos dos Últimos Doze Meses - Com Desvalorização Cambial

CATEGORIAS	% do PIB							
	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Mar/00	Dez/00	Jan/01	Fev/01	Mar/01
NOMINAL	6,11	8,02	9,52	4,57	4,57	4,62	4,85	5,28
Governo Federal e Banco Central ⁽²⁾	2,64	5,47	6,55	2,06	3,20	3,40	3,74	4,23
Estados e Municípios	3,02	2,04	3,03	2,68	2,12	2,00	1,85	1,81
Estatais	0,45	0,50	(0,06)	(0,17)	(0,75)	(0,78)	(0,74)	(0,76)
PRIMÁRIO	0,92	(0,01)	(3,08)	(3,31)	(3,54)	(3,65)	(3,56)	(3,51)
Governo Central	0,26	(0,57)	(2,25)	(2,26)	(1,90)	(2,01)	(1,88)	(1,73)
Governo Federal	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	(2,87)	(3,70)	(3,45)	(3,20)
Banco Central	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,04	0,04	0,04	0,04
INSS	n.d.	n.d.	0,92	0,84	0,93	1,65	1,53	1,43
Estados e Municípios	0,73	0,20	(0,21)	(0,43)	(0,56)	(0,54)	(0,57)	(0,62)
Estatais	(0,07)	0,36	(0,62)	(0,62)	(1,08)	(1,10)	(1,11)	(1,16)
JUROS NOMINAIS	5,19	8,03	12,60	7,88	8,11	8,27	8,41	8,79
Governo Federal e Banco Central ⁽²⁾	2,38	6,04	8,80	4,32	5,10	5,41	5,62	5,96
Estados e Municípios	2,29	1,83	3,24	3,11	2,68	2,54	2,42	2,43
Estatais	0,52	0,17	0,56	0,45	0,33	0,32	0,37	0,40

Fonte: Bacen/Depec/Difin. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

Obs.: (1) Valores positivos correspondem a déficits e negativos a superávits.

(2) A partir de 1999, "Governo Federal e Banco Central" inclui "INSS".

n.d. - Não disponível.

TABELA 2.2
DÍVIDA LÍQUIDA (DLSP) DO SETOR PÚBLICO
Com Desvalorização Cambial
SalDOS em Final de Período
1996-2001

Discriminação	% do PIB					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001 (mar)
DLSP Total	33,3	34,6	43,3	49,4	49,3	50,0
Ajuste Patrimonial	1,9	2,1	4,1	7,7	8,5	9,2
Dívida Fiscal Líquida	31,4	32,5	39,2	41,7	40,7	40,8
Dív. Mobiliária Federal	21,4	28,3	36,2	39,1	42,3	43,4
Base Monetária	2,4	3,6	4,4	4,6	4,2	3,5
Dívida Externa Líquida	3,9	4,3	6,4	10,4	9,7	9,8

Fonte: Bacen. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

Comparando-se março de 2000 com março de 2001, o superávit primário expandiu-se em R\$ 496,0 milhões, em termos nominais, ou 0,53 ponto percentual do PIB. No primeiro trimestre, o resultado primário foi superavitário em R\$ 15,0 bilhões - 5,3 por cento do PIB acumulado no trimestre -, ante os R\$ 13,6 bilhões - 5,5 por cento do PIB -, registrados no primeiro trimestre do ano passado. O resultado do período janeiro-março de 2001 supera o critério de desempenho fixado no acordo com o FMI para o período - R\$ 10,1 bilhões -, e corresponde a mais de 50,0 por cento da meta fixada para o ano - R\$ 29,7 bilhões. No acumulado em doze meses, o resultado de março do corrente ano foi R\$ 39,6 bilhões ou 3,5 por cento do PIB, em comparação com R\$ 39,1 bilhões ou 3,5 por cento do PIB, registrados no mês anterior (Tabela 2.1). Portanto, no acumulado em doze meses, o superávit primário de março manteve-se praticamente no mesmo patamar do mês anterior, o que é explicado pela melhoria do resultado dos estados, municípios e estaduais, compensada pela retração do superávit primário do governo federal. Este último se reduziu devido a dois fatores: primeiro, ocorreu redução das receitas (recolhimento extraordinário de depósitos judiciais em março de 2000 - não repetido no ano seguinte - e redução da alíquota da CPMF entre 16/06/2000 e 17/03/2001); segundo, aumentaram as outras despesas de custeio e capital, devido à aplicação da regra do duodécimo em 2000, sem correspondente em 2001, e do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/00, que elevou os recursos destinados à área de Saúde, a partir de setembro do ano passado. Por sua vez, o crescimento do superávit primário dos estados e municípios deveu-se à maior arrecadação de ICMS (crescimento do produto) e cortes de despesas, resultado do ajuste fiscal dessas esferas de governo (renegociação das dívidas com a União e Lei de Responsabilidade Fiscal).

A dívida líquida do setor público consolidado atingiu R\$ 588,7 bilhões, ou 50,0 por cento do PIB em março de 2001 (Tabela 2.2), contra R\$ 575,3 bilhões, ou 49,4 por

cento do PIB, no mês anterior. O aumento se deveu ao impacto da depreciação cambial sobre as dívidas externa e mobiliária federal. Os títulos públicos federais (Tesouro e Banco Central) em mercado subiram de 42,3 por cento do PIB em fevereiro para 43,4 em março, refletindo sobretudo o efeito do câmbio sobre as NBC-E, cujo saldo em mercado aumentou de R\$ 94,6 bilhões em fevereiro para R\$ 102,0 bilhões no mês seguinte. O Banco Central emitiu tais títulos, a fim de prover *hedge* cambial aos agentes privados, em um mês de forte apreensão provocada pela crise na Argentina, incerteza acerca do ritmo de desaceleração da economia norte-americana e perspectivas de instabilidade política no Brasil.

Em março, houve queda da participação relativa dos títulos indexados à taxa *over-selic*: de 51,5 por cento no mês anterior para 50,8 por cento. Foram emitidas liquidamente R\$ 881,0 milhões de LFT, em março, montante inferior à emissão líquida de LTN no valor de R\$ 2,5 bilhões. A colocação de LTN ocorreu, apesar da redução da demanda por papéis prefixados mais longos, face à conjuntura menos favorável de março. Consequentemente, houve ligeiro aumento da participação dos títulos prefixados de 14,4 por cento em fevereiro para 14,5 por cento em março de 2001. Além disso, a participação percentual dos títulos cambiais expandiu-se de 22,4 por cento para 23,2 por cento no mesmo período, em consequência do referido aumento do saldo líquido de NBC-E ocorrido em março de 2001.

O prazo médio em mercado da dívida mobiliária competitiva do Tesouro alcançou 25,9 meses em março do corrente ano, face aos 26,4 meses de fevereiro. Para o decréscimo do prazo médio em março deste ano, contribuíram as ofertas públicas de LTN de apenas 6 e 12 meses. Além disso, no caso das LFT, a única emissão ocorreu por reoferta para um dado vencimento, o que requereu a emissão de papéis mais curtos do que os colocados anteriormente para o mesmo vencimento. Entretanto, mesmo face a uma conjuntura adversa, o Tesouro Nacional tem persistido na estratégia de alongamento do prazo médio da dívida, cujos

resultados positivos serão mais sensíveis no médio e longo prazos.

BOX 1 - Acordo Sobre Expurgo do FGTS

O governo anunciou, em fins de março, acordo para pagar o expurgo de 68,9 por cento referente a correção monetária não creditada nas contas do FGTS dos trabalhadores por ocasião dos planos Verão (janeiro de 1989) e Collor I (março de 1990) e considerada devida pelo Supremo Tribunal Federal. O acordo foi acertado com três centrais sindicais (Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores e Social Democracia Sindical) e duas confederações patronais (Confederação Nacional do Comércio e Confederação Nacional dos Transportes).

O expurgo da correção monetária foi aplicado na época dos dois planos citados, tanto sobre os ativos como sobre os passivos do FGTS, não provocando desequilíbrio econômico do Fundo. A decisão do STF de obrigar o Governo a creditar o expurgo aos depositantes do FGTS (ativo), não o estendendo aos contratos de empréstimo (passivo) realizados com os recursos do Fundo, está na origem do problema.

De acordo com a proposta governamental, os valores serão depositados nas contas do FGTS e poderão ser sacados pelos titulares que já sacaram suas contas desde 1989. Os demais trabalhadores poderão sacar seus créditos obedecendo as condições previstas para a sua liberação (demissão sem justa causa, aposentadoria, entre outras). O cronograma para o pagamento é o seguinte: a) para valores até R\$ 1.000,00 em uma única parcela em junho de 2002; b) acima de R\$ 1.000,00 e até R\$ 2.000,00, em três parcelas semestrais, sendo a primeira em julho de 2002; c) acima de R\$ 2.000,00 e até R\$ 5.000,00, em cinco parcelas semestrais a partir de janeiro de 2003; d) para valores superiores a R\$ 5.000,00, em sete parcelas a partir de julho de 2003. O governo estipulou, para as faixas acima de R\$1.000,00, deságio variando de 10,0 por cento a 15,0 por cento sobre os valores da correção. A razão divulgada para esse desconto é que corresponderia aos custos advocatícios caso a ação fosse para a Justiça.

O acordo transformou-se no Projeto de Lei Complementar nº 195/01, encontrando-se atualmente em exame em regime de urgência no Congresso Nacional, já tendo sido aprovado pela Comissão de Trabalho da Câmara. A principal modificação feita no projeto do Governo é a extensão até R\$ 2.000,00 do limite de recebimento sem deságio que, segundo cálculos do Governo, representa cerca de 96,0 por cento das contas.

Os custos do acordo ascendem a cerca de R\$ 40,0 bilhões e serão distribuídos entre governo, empresários, trabalhadores e também com as disponibilidades do fundo, de acordo com a tabela a seguir:

Especificação	Valores (R\$ bilhões)
Governo	6,0
Contribuição adicional sobre a folha de salários ⁽¹⁾	7,3
Aumento da multa em caso de demissão imotivada ⁽²⁾	8,5
Deságio sobre contas acima de R\$ 1.000,00	4,5
Valores provenientes das reservas do FGTS	13,7
TOTAL	40,0

Notas: (1) A contribuição para o FGTS passará de 8,0 por cento para 8,5 por cento da folha de salários somente para as médias e grandes empresas durante cinco anos.

(2) A multa incidente sobre o saldo do FGTS para demissões sem justa causa aumentará de 40,0 por cento para 50,0 por cento e vigorará por um período de até 12 anos.

A contribuição de R\$ 6,0 bilhões do Governo Federal para o acordo será feita através da emissão de títulos do Tesouro Nacional. Tendo em vista a magnitude da conta, não representará relativamente grande impacto, uma vez que aumentará em pouco mais de 1,0 por cento o montante da dívida pública.

A proposta do Governo foi bastante criticada por algumas entidades representativas de empresários, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Pretendem pressionar o Congresso a não aprovar o acordo, alegando que o aumento do percentual de contribuição do FGTS, juntamente com o aumento da multa, oneram seus custos de produção, geram inflação via repasse do aumento dos custos e estimulam a economia informal. No entanto, é importante salientar que as empresas também saíram ganhando com o expurgo da correção monetária nas contas do FGTS. Isso porque as empresas, a partir de 1989, demitiram empregados sem justa causa e pagaram a multa de 40,0 por cento sobre um saldo não devidamente corrigido do FGTS.

2.1 DINÂMICA DA DÍVIDA PÚBLICA

No período de janeiro a março de 2001, a incerteza quanto ao ritmo de desaceleração econômica dos Estados Unidos e a crise argentina provocaram instabilidade nos mercados de câmbio e juros. Acentuou-se a volatilidade cambial, levando o COPOM a elevar a taxa *over-selic* de 15,25 por cento para 15,75 por cento ao ano - posteriormente elevada, em abril, para 16,25 por cento -, a fim de cumprir a meta de inflação para este ano. Contudo, os impactos fiscais de um possível aumento da depreciação cambial em 2001 e 2002 permanecem incertos. Esta subseção objetiva projetar a DLSP e NFSP para este ano e o próximo, simulando um cenário provável para a taxa de câmbio, por meio de um modelo contábil².

A expressiva depreciação da moeda nacional frente ao dólar, ocorrida no primeiro trimestre deste ano - 10,5 por cento -, pressionou o déficit e a dívida públicos. A DLSP atingiu 50,0 por cento do PIB em março, face aos 49,3 por cento em dezembro de 2000, e as NFSP acumuladas em doze meses elevaram-se a 5,3 por cento, diante dos 4,6 por cento registrados em dezembro do ano passado. Em reais correntes, a dívida de março - R\$ 588,7 bilhões - ficou aquém do teto de R\$ 593,0 bilhões acordado com o FMI. Considerando o exposto acima e visando saber até que ponto a atual trajetória do câmbio é compatível com a estabilidade da relação DLSP/PIB, é importante examinar primeiro os mecanismos de transmissão das variações cambiais para a dívida e o déficit públicos.

A taxa de câmbio afeta o estoque de dívida líquida, por meio da atualização do valor nominal de certos títulos públicos federais (NTNs séries A, D, I, M, R e NBC-E) e via conversão em reais dos saldos das

dívidas externas e reservas internacionais. Em março de 2001, cerca de 40,8 por cento da

² A descrição completa do modelo encontra-se em PINHEIRO, Maurício (2000) *Dívida Mobiliária Federal e Impactos Fiscais: 1995-1999*. Brasília, Texto para Discussão nº 700, IPEA.

DLSP eram diretamente afetados pelo câmbio, sendo 19,5 por cento devidos à dívida externa líquida e 21,3 por cento à dívida interna. Por sua vez, os títulos públicos federais atualizados pela variação cambial, nesse mês, atingiram 23,2 por cento da dívida mobiliária federal em mercado. Essa relação cresceu no primeiro trimestre deste ano - aumentando, com isso, a sensibilidade da dívida e do déficit às variações do câmbio -, porque o governo sancionou a maior demanda do mercado por *hedge* cambial, aumentando a oferta de NBC-E. A maior procura por dólares foi causada sobretudo pelo chamado "efeito contágio" da crise da Argentina - pontuado por boatos de mudança do regime cambial portenho - e agravado, internamente, pela inexistência de um mercado maduro de instrumentos privados de cobertura cambial. Assim, praticamente toda demanda por *hedge* cambial dirige-se para os títulos públicos (NBC-E), agravando potencialmente a situação fiscal.

Por sua vez, a taxa de câmbio afeta diretamente as NFSP por meio dos juros nominais das dívidas mobiliária cambial e externa. A depreciação dessa taxa aumenta, naturalmente, os encargos incidentes sobre a parcela da dívida mobiliária indexada ao câmbio. Por sua vez, aumentam também os encargos, em reais, sobre a dívida externa líquida (juros da dívida externa bruta menos rendimentos das reservas internacionais). Como o peso dos encargos cambiais sobre os juros nominais - 67,0 por cento, em março de 2001 -, em períodos de depreciação do Real, é bem maior do que a parcela da dívida cambial sobre a DLSP - 40,8 por cento -, as NFSP são mais sensíveis às variações cambiais do que a dívida líquida.

A Tabela 2.3 apresenta as hipóteses básicas do modelo, relativas às simulações para 2001 e 2002. Estas consideraram um cenário em que a taxa de câmbio sofre redução moderada, em 2001, em relação ao nível atual - R\$ 2,18 por dólar em abril -, atingindo a média anual de R\$ 2,10 por dólar. Em 2002, supõe-se que o câmbio sofra leve depreciação, fechando o ano com a média de R\$ 2,15 por dólar. Supõe-se também, em 2001 e 2002, a manutenção das participações relativas das dívidas cambiais na DLSP e na dívida mobiliária em 40,7 por cento e 23,0 por cento, respectivamente.

TABELA 2.3
HIPÓTESES DE SIMULAÇÃO

Categoria	Ano	
	2001	2002
over-selic (% a.a.) ⁽¹⁾	15,50	15,00
ajuste patrimonial (R\$ milhões) ⁽²⁾	0,00	0,00
inflação (% a.a.) ⁽³⁾	8,50	7,50
câmbio (R\$/US\$) ⁽⁴⁾	2,10	2,15
PIB (% a.a.) ⁽⁵⁾	4,20	4,20
superávit primário (% PIB)	3,00	2,80

Obs.: (1) - taxa média nominal; (2) - variação absoluta do saldo líquido "esqueletos menos receitas de privatização"; (3) - variação do IGP-DI médio; (4) - valor de venda, média do período; e (5) - taxa de crescimento real.

De acordo com a Tabela 2.4, estima-se que a relação DLSP/PIB (em porcentagem) se situe em 49,9 e a relação NFSP/PIB atinja 3,8 por cento em 2001. Em 2002, ambas as relações atingiriam 50,2 por cento e 4,0 por cento respectivamente. Portanto, conclui-se

que, mesmo em face a uma depreciação cambial moderada e redução do superávit primário - de 3,0 por cento para 2,8 por cento do PIB em 2001 e 2002, respectivamente -, a trajetória da relação DLSP/PIB parece dar sinais de estabilidade em torno do patamar de 50,0 por cento.

TABELA 2.4
DLSP E NFSP: ESTIMATIVAS PARA 2001 E 2002

Ano	R\$/US\$ ⁽¹⁾	DLSP ⁽²⁾	Dívida Mobiliária ⁽²⁾	NFSP ⁽³⁾	% do PIB
					Juros Nominais ⁽³⁾
2001	2,10	49,9	44,6	3,8	6,8
2002	2,15	50,2	45,8	4,0	6,8

Fonte: Banco Central (dados primários). Elaboração:CFP/DIMAC/IPEA.

Notas: (1) - taxa de câmbio média; (2) - saldos em final de período; (3) - fluxos acumulados no ano.

BOX 2 – Alternativas de Política Econômica e o Custo Fiscal da Crise Argentina

No intuito de conter a tendência de alta da taxa de câmbio e sua volatilidade, o Banco Central deparou-se com as seguintes estratégias de política econômica, dentre outras: a) elevar juros e ofertar maciçamente NBC-E, sem intervir diretamente no mercado de divisas; ou b) vender parte das reservas em dólares no mercado cambial, sem precisar elevar tanto os juros. Qual das duas estratégias teria menor custo fiscal, em termos de elevação da DLSP e NFSP? Por um lado, (a) sinaliza ao mercado certa estabilidade da política econômica, preservando as regras dos atuais regimes monetário (metas de inflação) e cambial (câmbio flutuante); em compensação, o *timing* do ajuste da taxa de câmbio - que dependerá da sensibilidade dessa taxa aos juros e à oferta de NBC-E - pode ser relativamente longo, de forma que o déficit e a dívida se deterioresem no curto prazo. Por outro lado, (b) pode exercer um efeito mais rápido sobre a taxa de câmbio, porém ao custo de uma redução - talvez substancial - no nível de reservas, o que implica um custo fiscal imediato (reservas são ativos do setor público).

Além disso, a intervenção direta no mercado cambial fomentaria a incerteza dos agentes quanto aos reais instrumentos e objetivos da política econômica. Conquanto os efeitos fiscais líquidos das estratégias (a) e (b) sejam desconhecidos, sabe-se que o custo fiscal de permitir que a taxa de câmbio continue se depreciando é significativo. Segundo estimativas do BACEN, a depreciação de 1,0 por cento do Real frente ao dólar aumenta em 0,21 ponto percentual a relação DLSP/PIB. Isso significa que, de acordo com a simulação apresentada nesta subseção, se a taxa média de câmbio estimada para este ano se elevasse para R\$ 2,15 por dólar (depreciação de 2,4 por cento em relação aos R\$ 2,10 por dólar do cenário básico), então a relação DLSP/PIB cresceria 0,5 ponto percentual, atingindo 50,4 por cento ao final de 2001 (*ceteris paribus*). Contudo, mesmo nessa última hipótese, não há razões para crer que, nos níveis atuais de depreciação cambial, a relação DLSP/PIB esteja retomando uma trajetória de crescimento insustentável.

A estratégia (a) pode ser complementada por um aumento do superávit primário. Com isso, a política fiscal se tornaria mais austera ainda, mas contribuiria de forma consistente para o recuo da relação DLSP/PIB. Como mencionado acima, na hipótese de um câmbio R\$ 2,15 por dólar, a DLSP alcançaria 50,4 por cento do PIB e um aumento de 1,0 por cento no superávit primário do setor público traria aquela relação para 50,2 por cento do PIB.

É possível aumentar o superávit primário, caso seja necessário. O ganho fiscal poderia vir do governo central, que atualmente administra seu superávit de acordo com os resultados obtidos nas estatais, nos estados e municípios. Para tal, duas medidas poderiam ser utilizadas. Primeiro, aumentar o nível de contingenciamento dos Outros Custeios e Capital (OCC). A expansão desses gastos em 2001 foi programada em função da meta acordada com o FMI, mas em situações emergenciais existe uma margem de manobra para cortes. Segundo, é possível acumular ganhos decorrentes do excesso de arrecadação oriundos das medidas de combate à sonegação fiscal. Esses recursos não estão contabilizados para obtenção do superávit primário e, em princípio, seriam destinados para as emendas dos parlamentares.

É importante mencionar que os efeitos das turbulências externas, como a atual crise da Argentina, serão muito menos danosos sobre a trajetória da dívida pública em relação a episódios anteriores, como os decorrentes da crise da Rússia em 1998. A razão é que os fundamentos da economia brasileira são bem melhores, principalmente do ponto de vista fiscal. Em 1998, o Brasil acumulou um déficit primário de R\$ 93 milhões, que só não foi maior em razão do ajuste no último trimestre do ano. Nos fluxos dos últimos doze meses encerrados em março de 2001, o superávit primário foi de R\$ 39,7 bilhões. O déficit primário dos estados, municípios e empresas estatais em 1998 foi de R\$ 4,9 bilhões e atualmente essas esferas acumulam um superávit primário de R\$ 18,1 bilhões. De fato, isso pode ser atribuído a uma mudança no regime fiscal, inclusive com mudanças estruturais importantes, como a introdução do fator previdenciário, o limite de idade para aposentadorias, a adoção da Lei de Responsabilidade Fiscal e a renegociação das dívidas estaduais. Com isso, o governo conseguiu, nesse curto período de tempo, reduzir também o custo de financiamento da dívida federal, alongando seus prazos médios e a duração média dos títulos (*duration*). No final de dezembro de 1998, o prazo médio foi 6,4 meses, enquanto no fim de março de 2001 alcançou 9,51 meses. A duração média dos títulos que era de apenas 6,4 meses em fins de dezembro de 1998, subiu para 18,71 meses no final de março de 2001.

Portanto, se é correto afirmar que as preocupações com o nível de endividamento público se acentuaram nos últimos dois meses em razão do aumento dos juros e do câmbio, por outro lado, as perspectivas para os próximos dois anos afastam a possibilidade de insolvência e de crescimento explosivo da dívida pública.

Em março de 2001, o governo federal obteve superávit primário de R\$ 3,7 bilhões, registrando o maior superávit do ano e recuperando-se do valor alcançado em fevereiro que foi de somente R\$ 628,0 milhões. Isso deveu-se, principalmente, ao crescimento das receitas em função do maior número de semanas de fatos geradores - 5 semanas em março contra 3 em fevereiro - que teve impacto sobre a arrecadação da CPMF, do IRRF e do IOF, principais tributos com apuração semanal. No entanto, comparado a março de 2000, o superávit foi inferior R\$ 323,0 milhões, representando redução real de 16,5 por cento.

Em termos de composição do resultado primário do governo central vale ressaltar que o Tesouro Nacional aumentou em 5,1 por cento o seu superávit primário, porém apresentando queda como proporção do PIB. Por outro lado, o aumento do déficit global da previdência foi expressivo, aumentando R\$ 632,0 milhões nominalmente, o que equivale a um aumento de 31,3 por cento. Esse resultado é explicado pelo déficit do INSS, que se deteriorou em razão de fatores atípicos. Para detalhes, ver seção 3.2.

No primeiro trimestre de 2001, o governo central acumulou um superávit primário de R\$ 6,9 bilhões, valor próximo do alcançado no mesmo período de 2000, que foi de R\$ 7,0 bilhões. Em proporção do PIB, o resultado primário decresceu 0,4 ponto percentual, devido, sobretudo, à queda do superávit do Tesouro Nacional. Já o déficit total da Previdência, embora tenha crescido 16,8 por cento em termos nominais, por força do resultado de março do INSS, manteve-se estável em 2,6 por cento do PIB.

Em termos de resultado do Tesouro Nacional, a queda das receitas como proporção do PIB ocorreu em função, principalmente, da redução na arrecadação de depósitos judiciais, que influenciaram as receitas do IRPJ e da CSLL. Excluindo-se esses dois itens, a arrecadação de impostos e contribuições administradas crescerá 4,1 por cento em termos reais. Além disso, a CPMF foi afetada pela queda de alíquota. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento das receitas de concessões. Pelo lado das despesas, destaca-se o crescimento dos Outros Custeios e Capital influenciado pelo aumento dos gastos com saúde e o menor nível dos OCC no mesmo período de 2000.

³ A metodologia de apuração deste resultado divide a apropriação das contas em dois caixas, ou seja, grupos específicos de receitas e despesas públicas: Tesouro Nacional e Previdência Global. O primeiro engloba as receitas administradas (exclusive contribuições dos servidores públicos para seguridade social) e as despesas com pessoal ativo (inclusive transferências aos estados e DF para pessoal), com Seguro-Desemprego e abono salarial, os outros custeios e capital e os subsídios (decorrentes das operações oficiais de crédito). O segundo compreende o balanço previdenciário da União e se reparte em dois: INSS e inativos do governo federal (civis e militares). Contempla as respectivas receitas de contribuições e despesas com benefícios.

Pelo conceito “abaixo da linha”, que mede a variação da dívida líquida, o governo federal (governo central exclusive empresas estatais)⁴ registrou superávit primário de 2,7 por cento do PIB no primeiro trimestre de 2001, contra um superávit de 3,4 por cento em 2000. O governo central contribuiu com 50,4 por cento do superávit total, embora tenha sido a única esfera de governo que sofreu na margem uma deterioração fiscal em relação ao primeiro trimestre de 2000.

Para 2001, os dados do primeiro trimestre sugerem a manutenção de um ajuste primário compatível com a meta acordada com o FMI. O crescimento econômico acima de 4,0 por cento deverá impulsionar as receitas do Tesouro Nacional e do INSS nos próximos meses, podendo aumentar a arrecadação de impostos e contribuições como IPI, IOF, IR, COFINS e CPMF. Além disso, as receitas de concessões e diretamente arrecadadas serão uma importante fonte de geração do superávit primário, dada a considerável expansão já sinalizada no primeiro trimestre. No entanto, não se esperam ganhos significativos do superávit primário do governo central em relação a 2000, em decorrência das possíveis folgas do superávit primário das demais esferas. O resultado acima da linha, em 2000, foi de R\$ 21,2 bilhões, praticamente mantendo-se o mesmo nível para os últimos doze meses, encerrados em março de 2001,

que foi R\$ 21,0 bilhões. A deterioração nos resultados abaixo da linha é maior ainda, apontando uma queda de R\$ 912,0 milhões na comparação dos primeiros trimestres de 2001 e 2000. A razão para se não esperar ganhos na margem (ou até mesmo perdas) está no crescimento previsto dos gastos, principalmente dos dispêndios em OCC. A disposição do governo em acelerar seus programas e o efeito da Emenda Constitucional da Saúde deverão elevar o patamar desses dispêndios. Os gastos discricionários do governo central deverão crescer em torno de 8,5 por cento, em termos reais⁵, à medida em que se concretiza a expansão do superávit primário das estatais, estados e municípios. Além disso, o Decreto de Programação Financeira contingenciou em R\$ 7,4 bilhões os recursos aprovados na Lei Orçamentária, como forma de cumprir a meta fiscal. No entanto, os excessos de arrecadação deverão ser destinados para elevar esses gastos, porém sem comprometer o superávit primário, principalmente para atender as emendas dos parlamentares que em grande parte foram contingenciadas. Ademais, os gastos com pessoal deverão crescer 6,2 por cento em termos reais, atingindo R\$ 64,5 bilhões em 2001, segundo o decreto de programação financeira. Portanto, maiores folgas no superávit primário deverão originar-se nas outras esferas do setor público, principalmente empresas estatais e municípios.

⁴ O atual conceito de governo central adotado pelo Banco Central corresponde ao “governo federal e Banco Central” mais “INSS” mais “empresas estatais federais”. No resultado calculado “acima da linha” pela CFP/DIMAC/IPEA, o governo federal inclui o INSS e exclui o Banco Central. Portanto, o conceito mais próximo de comparação com as NFSP primárias “abaixo da linha” (BACEN) é “governo central menos empresas estatais federais”.

⁵ Conforme Decreto de Programação Financeira para 2001.

TABELA 3.1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL
 Critério de Pagamento Efetivo
JAN - MAR /2000-2001

Especificação	R\$ milhões e % do PIB									
	Mar/00		Mar/01		Jan-Mar/2000		Jan-Mar/2001			
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
A.Saldo do Tesouro ⁽¹⁾	6.046	2,4	6.354	2,2	13.442	5,4	14.422	5,1		
Receita do Tesouro	15.591	6,3	16.668	5,9	42.544	17,1	47.833	16,8		
Transferências aos Estados/Municípios ⁽²⁾	(3.412)	(1,4)	(3.081)	(1,1)	(9.975)	(4,0)	(11.259)	(4,0)		
Receita Líquida do Tesouro	12.179	4,9	13.586	4,8	32.569	13,1	36.574	12,8		
Despesas	6.084	2,5	7.189	2,5	18.972	7,6	22.004	7,7		
Pessoal e Encargos (Ativos + Transfer. aos Estados e ao DF)	2.327	0,9	2.579	0,9	8.239	3,3	9.023	3,2		
Despesas do FAT	654	0,3	604	0,2	1.406	0,6	1.351	0,5		
Subsídios ⁽³⁾	267	0,1	353	0,1	393	0,2	867	0,3		
Outros Custeios e Capital	2.836	1,1	3.653	1,3	8.935	3,6	10.764	3,8		
B.Saldo da Previdência	(2.022)	(0,8)	(2.654)	(0,9)	(6.442)	(2,6)	(7.523)	(2,6)		
INSS	(448)	(0,2)	(801)	(0,3)	(1.761)	(0,7)	(1.963)	(0,7)		
Receita Total	4.333	1,7	4.647	1,6	12.362	5,0	14.047	4,9		
Despesa do INSS	4.781	1,9	5.448	1,9	14.124	5,7	16.010	5,6		
Benefícios Previdenciários	4.781	1,9	5.448	1,9	14.124	5,7	16.010	5,6		
SERVIDORES PÚBLICOS (Inativos)	(1.574)	(0,6)	(1.853)	(0,7)	(4.680)	(1,9)	(5.560)	(2,0)		
Contrib. Plano Seg. Soc. Servidores	295	0,1	298	0,1	967	0,4	898	0,3		
Desp. com Aposent., Reform. e Pensões	1.869	0,8	2.151	0,8	5.647	2,3	6.458	2,3		
C.Result. Prim. do Gov. Federal (A+B)	4.024	1,6	3.700	1,3	7.001	2,8	6.899	2,4		
D. Result. Primário Apurado pelo BACEN	4.952	2,0	3.881	1,4	8.479	3,4	7.567	2,7		
E. Discrepância Estatística ⁽⁴⁾	(928)	(0,4)	(181)	(0,1)	(1.478)	(0,6)	(668)	(0,2)		

Fontes: SIAFI-CCONT/STN, COFIN/STN, SRF e BACEN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

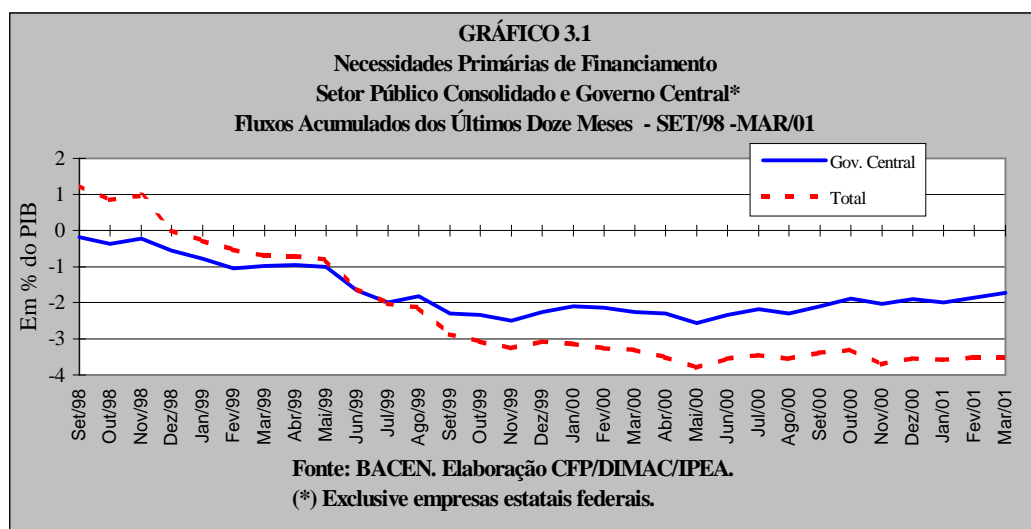
PIB de R\$ 248,2 e R\$ 284,7 bilhões, respectivamente, para os primeiros trimestres de 2000 e 2001.

(1) Inclui o resultado primário do Banco Central.

(2) Incluem as transferências constitucionais (exceto aquelas destinadas aos fundos regionais: FNE/FNO/FCO) mais Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir).

(3) Corresponde aos subsídios de juros nas operações oficiais de crédito (custeio agropecuário, política de preços agrícolas e financiamento às exportações) e nas operações dos fundos regionais FNE/FNO/FCO mais a taxa de administração do patrimônio desses fundos.

(4) Corresponde à diferença entre o resultado primário do governo federal apurado "acima da linha" pela STN/MF e o resultado primário do Governo Central (exclusive empresas estatais federais) "abaixo da linha" do Banco Central.



3.1 TESOIRO NACIONAL

Comparando-se o primeiro trimestre de 2001 com o mesmo período de 2000, a queda como proporção do PIB no superávit do Tesouro Nacional é explicada, sobretudo, pela expansão de suas despesas. As maiores variações concentraram-se nos subsídios e nos OCC. No primeiro caso, registrou-se o aumento dos gastos com o programa de financiamento às exportações (PROEX). A depreciação de 13,4 por cento da taxa de câmbio média e a expansão de novos financiamentos explicam, em grande parte, o aumento nominal de 66,0 por cento nos gastos desse programa. Além disso, os programas de subsídios à agricultura expandiram-se R\$ 241,2 milhões, destacando-se os destinados à política de preços agrícolas. No caso dos OCC, a expansão de R\$ 1,0 bilhão destinada à área da saúde foi o principal fator de pressão desses gastos. A Emenda Constitucional nº 29/00 determina que os dispêndios efetuados⁶ no ano de 2000 sejam acrescidos da variação do PIB nominal. Vale ressaltar que, em 2000, os dispêndios com OCC no primeiro trimestre obedeceram à regra do duodécimo, em função da aprovação tardia da Lei Orçamentária Anual. Com isso, a base de comparação em 2000 foi menor. A média dos gastos com OCC no primeiro trimestre de 2000 situou-se em R\$ 3,0 bilhões em comparação à média de 2001, que foi de R\$ 3,3 bilhões, caso se desconte o efeito da expansão das despesas com saúde.

Os gastos com pessoal ativo expandiram-se 9,5 por cento em termos

nominais. A reestruturação salarial de algumas carreiras do funcionalismo público, desde meados do ano passado, o aumento dos militares a partir de janeiro deste ano e o crescimento vegetativo da folha salarial são os principais fatores explicativos.

As transferências aos estados e municípios cresceram 12,9 por cento em termos nominais, destacando-se o aumento de R\$ 1,0 bilhão nas transferências constitucionais em razão do aumento da base de distribuição dos fundos de participação dos estados e municípios, fruto do aumento da arrecadação do IR e IPI no final de 2000 e início de 2001. Além disso, contribuiu o aumento de 60,3 por cento do repasse oriundo do pagamento dos *royalties* da Petrobras. Somente neste item, foram transferidos R\$ 640,5 milhões.

As receitas do Tesouro Nacional expandiram-se 2,2 por cento em termos reais, explicado principalmente pelo desempenho da COFINS, do PIS-PASEP e das demais receitas (concessões, dividendos e receitas diretamente arrecadadas) cuja arrecadação conjunta cresceu R\$ 4,3 bilhões. No entanto, esses fatores positivos foram contrabalançados pela queda da arrecadação da CSLL e do IRPJ, que caíram R\$ 1,7 bilhão em conjunto. Além disso, ocorreu redução da arrecadação da CPMF determinada pela queda de alíquota.

Nas seções a seguir, serão discutidas com mais detalhes as despesas e receitas do Tesouro Nacional.

⁶ Gastos do Ministério da Saúde excluídos os dispêndios com inativos e pensionistas e pagamento de dívidas.

TABELA 3.2
RESULTADO PRIMÁRIO DO TESOIRO NACIONAL
JAN-MAR/2000-2001

Especificação	2000		2001	
	R\$	%	R\$	%
I. Receita do Tesouro	42.544	17,1	47.833	16,8
Restituições e Incentivos Fiscais	(1.193)	(0,5)	(997)	(0,4)
II. Transferências a Estados/Municípios ⁽¹⁾	(9.975)	(4,0)	(11.259)	(4,0)
III.Receita Líquida do Tesouro (I+II)	32.569	13,1	36.574	12,8
IV.Despesas	18.972	7,6	22.004	7,7
Pessoal e Encargos (Ativos + Transfer. aos Estados e ao DF)	8.239	3,3	9.023	3,2
Despesas do FAT	1.406	0,6	1.351	0,5
Subsídios ⁽²⁾	393	0,2	867	0,3
Outros Custeios e Capital	8.935	3,6	10.764	3,8
V. Resultado Primário do Tesouro Nacional (III-IV) ⁽³⁾	13.442	5,4	14.422	5,1

Fontes: SIAFI-CCONT/STN, COFIN/STN, SRF e BACEN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

PIB de R\$ 248,2 e R\$ 284,7 bilhões, respectivamente, para o primeiro trimestre de 2000 e 2001.

(1) Incluem as transferências constitucionais (exceto aquelas destinadas aos fundos regionais: FNE/FNO/FCO) mais Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir).

(2) Corresponde aos subsídios de juros nas operações oficiais de crédito (custeio agropecuário, política de preços agrícolas e financiamento às exportações) e nas operações dos fundos regionais FNE/FNO/FCO mais a taxa de administração do patrimônio desses fundos.

(3) Inclui o resultado primário do Banco Central.

3.1.1 RECEITAS

No primeiro trimestre de 2001, a arrecadação federal atingiu o montante de R\$ 50,0 bilhões, a preços de março, contra um total de R\$ 49,3 bilhões alcançados em igual período de 2000, crescendo 1,4 por cento, em termos reais (Tabela 3.3). Enquanto as receitas de impostos e contribuições caíram em 2001, as receitas transitórias, impulsionadas pelas concessões, apresentaram um crescimento da ordem de 241,5 por cento a preços constantes.

Os impostos apresentaram queda real de 3,1 por cento (Tabela 3.4). Destaca-se a redução registrada no IRPJ - 28,8 por cento -, que refletiu o efeito da arrecadação extraordinária de R\$ 975,0 milhões relativa a depósitos judiciais e administrativos,

ocorrida em março de 2000. Ao mesmo tempo, verificou-se redução na arrecadação proveniente de pagamentos por estimativa e na arrecadação referente à Declaração de Ajuste das instituições financeiras, em função da maior lucratividade observada em 1999, com reflexos positivos no ajuste efetuado em 2000. Esse fato anulou o bom desempenho do IRRF, acarretando também variação negativa no Imposto de Renda Total. O IRRF-Rendimentos do Trabalho, que reflete, parcialmente, o crescimento da massa salarial do mercado formal, tanto do ponto de vista do nível de emprego, como do aumento de salários, apresentou crescimento de 6,4 por cento, retratando uma certa recuperação do mercado de trabalho formal.

O IPI apresentou crescimento real de 1,3 por cento. Esse resultado deveu-se principalmente ao desempenho do IPI-Automóveis, em função do maior volume das vendas no mercado interno, e do IPI-Bebidas, uma vez que, a partir de abril de 2000, foi vedada a compensação do imposto com outros créditos de terceiros. Já o IPI-Vinculado à Importação e o IPI-Outros registraram quedas de arrecadação. No primeiro caso, tal redução de receitas foi motivada pela menor importação de insumos (bens de capital) para o setor automobilístico, que tem forte peso neste tributo. No segundo, a queda da arrecadação deveu-se à reestruturação de alíquotas do imposto, tendo em vista que este último é afetado pelo nível de produção industrial, que cresceu 7,0 por cento em relação ao primeiro trimestre de 2000.

Com relação ao Imposto sobre Importações, verificou-se aumento de receitas. Isso se explica pelo crescimento de arrecadação do II-Demais, como consequência do incremento do volume de importações em dólar - 35,8 por cento -, da depreciação cambial, ocorrida ao longo do primeiro trimestre de 2001, e em menor proporção, da redução de 3,0 por cento nas alíquotas de muitos dos itens que sofreram incidência desse imposto, particularmente os bens de capital.

No que se refere às contribuições, estas tiveram queda real de 1,7 por cento (Tabela 3.4), influenciada pela CSLL e CPMF. A exemplo do IRPJ, a CSLL também apresentou elevada arrecadação extra de depósitos judiciais e administrativos em março de 2000 (R\$ 461,0 milhões) e redução na arrecadação relativa à Declaração de Ajuste das instituições financeiras, que concorreram para uma variação negativa dessa contribuição de 22,5 por cento. Já a CPMF, que também apresentou queda real, teve o seu desempenho determinado pelo fato de sua alíquota ter sido reduzida, em

17/06/2000, de 0,38 por cento para 0,3 por cento, só tendo retornado à alíquota anterior em 18 de março, afetando sua arrecadação em 2001. Por sua vez, a COFINS e o PIS-PASEP apresentaram aumentos reais de arrecadação

de 9,5 por cento e 8,3 por cento, respectivamente, decorrentes do aumento da atividade econômica e da mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e o pagamento por substituição do setor automotivo.

As receitas de concessão apresentaram crescimento real de 394,4 por cento, em relação a igual período do ano anterior. O leilão de concessões de serviços de telefonia da chamada Banda D, ocorrido em fevereiro, contribuiu para uma arrecadação de R\$ 1,3 bilhão em março. As receitas de dividendos também apresentaram crescimento positivo, concorrendo para o aumento das receitas transitórias (Tabela 3.3). Tais receitas atenuaram as quedas reais observadas nos impostos e contribuições.

Contribuíram para o aumento das demais receitas os *royalties* pagos pela Petrobras e participações especiais, por conta da exploração e produção de petróleo

e gás natural, que tiveram um incremento de R\$ 475,6 milhões, em relação ao primeiro trimestre de 2000. Além disso, os recolhimentos de débitos incluídos no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) alcançaram R\$ 354,3 milhões, sem contrapartida em 2000.

Observa-se que, apesar da ocorrência de fatores atípicos que afetaram negativamente a CSLL, CPMF e o IRPJ, no primeiro trimestre, e que não irão perdurar, vários impostos e contribuições têm apresentado sinais de recuperação, tais como o IRRF, IOF, IPI, Imposto sobre Importação e PIS-PASEP, além da COFINS, que já vinha registrando bom desempenho. Esse fato pode ser apontado como um reflexo do maior nível de atividade econômica. Além disso, uma evolução favorável da massa salarial do mercado de trabalho formal têm impactos positivos sobre tributos como o IRRF-Rendimentos do Trabalho e PIS-PASEP.

TABELA 3.3
ARRECADAÇÃO FEDERAL
RECEITAS PERMANENTES - ARRECADADORAS E REGULATÓRIAS -
E TRANSITÓRIAS
JAN - MAR/2000 - 2001

Especificação	2000	2001	Variação(%)
R\$ milhões de março/01			
Receitas ⁽¹⁾			
1. Permanentes	48.352	47.766	(1,2)
1.1. Arrecadoras	45.583	44.713	(1,9)
Impostos	20.817	19.789	(4,9)
IPI - Total	4.502	4.562	1,3
IR - Total	16.315	15.227	(6,7)
Contribuições	21.125	20.774	(1,7)
COFINS	10.061	11.013	9,5
CPMF	4.084	3.507	(14,1)
PIS-PASEP	2.522	2.732	8,3
CSLL	3.282	2.543	(22,5)
CPSS	1.067	904	(15,3)
Contribuição para o FUNDAF	108	75	(31,0)
Demais Receitas ⁽²⁾	3.642	4.150	14,0
1.2. Regulatórias	2.769	3.053	10,3
Imposto sobre Importação	1.943	2.179	12,1
IOF	769	860	11,8
ITR	56	14	(75,0)
2. Transitórias	525	1.792	241,5
Concessões	297	1.467	394,4
Dividendos ⁽³⁾	228	325	42,4
Conta Petróleo	0	0	
3. Receita Total (1+2)	49.258	49.950	1,4

Fontes: Secretaria da Receita Federal e Secretaria do Tesouro Nacional/MF.

Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA. Inflator: IGP-DI.

(1) Exclui-se as Receitas do INSS. Não estão deduzidos os incentivos fiscais e restituições.

(2) Demais Receitas inclui as receitas diretamente arrecadadas pela STN e outras receitas administradas pela SRF.

(3) Os dividendos foram classificados como não regulares porque grande parte das empresas está em processo de privatização.

Obs.: Tributos regulatórios são aqueles que têm, entre seus objetivos, regular a atividade econômica.

Já os arrecadores objetivam precipuamente à coleta de receita para o Estado.

TABELA 3.4
ARRECADAÇÃO FEDERAL
IMPOSTOS - CONTRIBUIÇÕES - DEMAIS RECEITAS
JAN - MAR/2000 - 2001

Especificação	2000	2001	Variação(%)
IMPOSTOS	23.586	22.843	(3,1)
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	1.943	2.179	12,1
II - Petróleo	79	4	(95,4)
II - Demais	1.864	2.176	16,7
IPI	4.502	4.562	1,3
IPI - Fumo e Bebidas	1.047	1.100	5,1
IPI - Automóveis	480	575	19,6
IPI - Vinculado à Importação	1.102	1.091	(1,0)
IPI - Outros	1.873	1.796	(4,1)
IMPOSTO SOBRE A RENDA	16.315	15.227	(6,7)
IRPF	585	494	(15,5)
IRPJ	6.275	4.468	(28,8)
IRRF	9.455	10.266	8,6
IRRF - Rendimentos do Trabalho	4.752	5.056	6,4
IRRF - Rendimentos de Capital	3.324	3.675	10,6
IRRF - Remessas para o Exterior	812	928	14,4
IRRF - Outros Rendimentos	568	607	6,9
IOF	769	860	11,8
ITR	56	14	(75,0)
CONTRIBUIÇÕES	21.507	21.165	(1,6)
CPMF	4.084	3.507	(14,1)
COFINS	10.061	11.013	9,5
PIS-PASEP	2.522	2.732	8,3
CSLL	3.282	2.543	(22,5)
OUTRAS ⁽¹⁾	1.557	1.371	(12,0)
DEMAIS RECEITAS ⁽²⁾	4.166	5.942	42,6
RECEITA TOTAL BRUTA ⁽³⁾	49.258	49.949	1,4

Fontes: Secretaria da Receita Federal e Secretaria do Tesouro Nacional/MF. Elaboração:CFP/DIMAC/IPEA. Inflator:IGP-DI.

(1) Engloba a CPSS e Contribuição para o FUNDAF.

(2) Engloba Outras Receitas Administradas SRF, Dividendos, Concessões, Conta Petróleo, e Receitas Diretamente Arrecadadas STN.

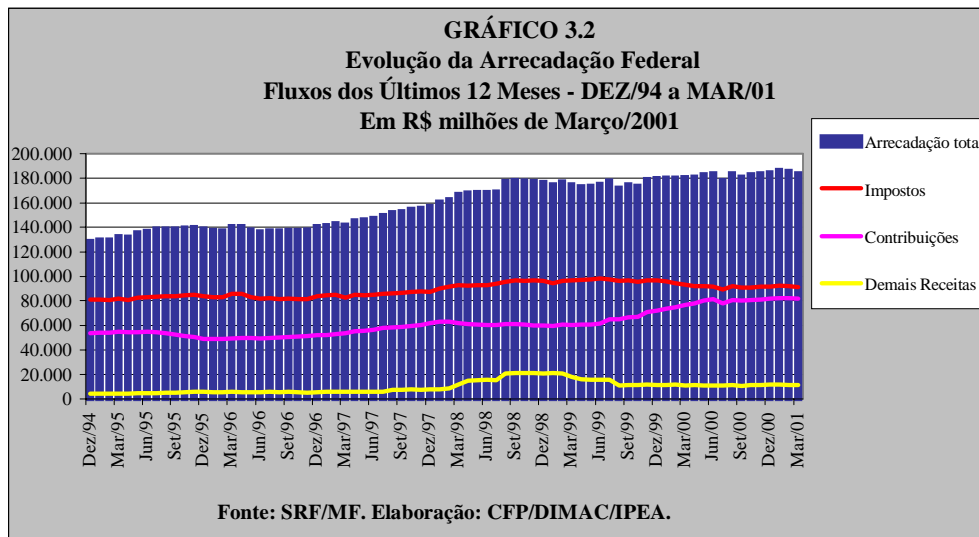
(3) Exclusivo as Receitas do INSS.

Não estão deduzidos os incentivos fiscais e restituições.

O Gráfico 3.2 mostra a evolução da arrecadação federal entre dezembro de 1994 e março de 2001 (fluxos dos últimos 12 meses), a preços de março de 2001, exclusive receitas de concessão, Conta Petróleo e outras não administradas pela Secretaria da Receita Federal. Como no gráfico não são deduzidos os efeitos derivados de receitas extraordinárias, o crescimento da arrecadação, desde agosto de 1998, embora com tendência ascendente é apenas moderado, verificando-se uma mudança na composição das receitas, com um crescimento da participação das

contribuições, o qual é especialmente motivado pela reintrodução da CPMF e pelo aumento da alíquota da COFINS, de 2,0 por cento para 3,0 por cento. Note-se, no final do período, uma trajetória ligeiramente ascendente para contribuições, que deverá ser acentuada, e de relativa estabilidade para impostos.

Ressalta-se que só se contabilizam as receitas conforme apurado pela Secretaria da Receita Federal, ao contrário do que mostram as tabelas 3.3 e 3.4, que se referem a dados da SRF e da STN. A razão de se seguir este caminho é a disponibilidade da série de dados.



Arrecadação Federal para 2001

O desempenho demonstrado a arrecadação em 2000 deverá continuar ao longo de 2001. O crescimento das receitas permanentes, a partir de 2000, já demonstra uma mudança de patamar da arrecadação, deixando-a menos dependente de artifícios legais no sentido de criar receitas extraordinárias. Além disso, o crescimento previsto para o ano, da ordem de 4,5 por cento do PIB, deverá contribuir adicionalmente para o aumento real da arrecadação federal, o que se deverá refletir sobretudo nas receitas derivadas da massa de salários (IRRF-Rendimentos do Trabalho e PIS-PASEP), da atividade industrial e de serviços (IPI, COFINS, PIS-PASEP, IRPJ e CSLL) e também do volume de transações econômico-financeiras (CPMF).

O desempenho esperado para esses tributos poderá ainda vir a ser estimulado em função da melhoria da máquina fiscalizadora, proporcionada pela aprovação da agilização da quebra do sigilo bancário, quando da existência de fortes suspeitas de sonegação. Além disso, a Secretaria da Receita Federal poderá utilizar as informações da CPMF para fiscalizar o recolhimento dos demais tributos.

Espera-se uma arrecadação de R\$ 8,5 bilhões com as concessões relativas às Bandas C, D e E e as últimas parcelas da Banda B. Tendo em vista esses fatos e a expectativa de um bom desempenho da economia, espera-se que a receita total da União, exceto INSS, possa vir a apresentar um crescimento adicional de 1,0 por cento do PIB, em 2001, em comparação com o ano de 2000.

3.1.2 DESPESAS

As despesas do Tesouro Nacional no primeiro trimestre de 2001 (exclusive gastos com benefícios do INSS) aumentaram, em termos nominais, 14,8 por cento em relação ao mesmo período do ano passado (Tabela 3.5 e Gráfico 3.3). Em termos reais, usando como deflator o IGP-DI, aumentaram 4,8 por cento. Como proporção do PIB, as despesas permaneceram no mesmo patamar de 13,9 por cento. Os gastos que mais cresceram, em termos nominais, foram subsídios e subvenções econômicas - 120,6 por cento - e outros custeios e capital - 20,5 por cento. As transferências aos estados e municípios subiram 12,9 por cento e as despesas com pessoal e encargos sociais, 11,5 por cento. As despesas do FAT, compreendendo os gastos com seguro-desemprego e abono salarial aos beneficiários do PIS-PASEP, apresentaram queda de 3,9 por cento.

As despesas com outros custeios e capital (OCC) alcançaram R\$ 10,8 bilhões no primeiro trimestre de 2001, contra R\$ 8,9 bilhões no mesmo período de 2000. Em relação ao PIB, essas despesas aumentaram, passando de 3,6 por cento para 3,8 por cento. Esse crescimento é explicado por dois fatores. De um lado, houve aumento das despesas com custeio e investimento do Ministério da Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/00, que elevou, a partir de setembro do ano passado, os recursos destinados a essa área. No acumulado até março, as despesas com custeio desse ministério atingiram R\$ 4,8 bilhões, contra R\$ 3,8 bilhões no mesmo período do ano passado. Por outro lado, não houve, no corrente ano, a aplicação da regra do duodécimo que

vigorou no período de janeiro a abril de 2000.

Quanto às transferências aos estados e municípios, embora tenha havido crescimento nominal de 12,9 por cento no período analisado, permaneceram constantes em relação ao PIB - 4,0 por cento. As transferências constitucionais, tiveram acréscimo de R\$ 1,0 bilhão em relação ao primeiro trimestre do ano passado, desempenho que foi influenciado pelas transferências ocorridas em janeiro, como resultado do bom desempenho da arrecadação do IPI e do IR no final do ano passado. Quanto ao item “Demais Transferências”, destaca-se o acréscimo de R\$ 241,0 milhões relativos ao pagamento de *royalties* por parte da Petrobras e a queda de R\$ 117,0 milhões referentes às transferências por conta do salário-educação. Os repasses em decorrência da Lei Complementar nº 87/96 (desoneração do ICMS), aumentaram de R\$ 805,0 milhões no primeiro trimestre de 2000 para R\$ 896,0 milhões em igual período do corrente ano.

O total dos gastos com o FAT no acumulado até março esteve abaixo do verificado no mesmo período do ano passado - queda de 3,9 por cento -, devido à melhora do desempenho do mercado de trabalho formal, com a conseqüente redução da demanda por seguro-desemprego. Quanto aos gastos do Tesouro com subsídios e subvenções econômicas, houve acréscimo de R\$ 476,0 milhões no período - aumento de 120,6 por cento. O item que mais influenciou foi o referente às aquisições de estoques de milho e arroz no âmbito de AGF. Destaca-se também o aumento dos subsídios vinculados às exportações, devido principalmente à variação da taxa de

câmbio nos novos financiamentos do Proex e do crescimento do número de novos financiamentos desse programa.

Os gastos com subsídios do Proex passaram de R\$ 169,0 milhões no primeiro trimestre-

tre de 2000 para R\$ 280,0 milhões no mesmo período do corrente ano (aumento de 66,0 por cento).

TABELA 3.5
DESPESAS DO TESOUREO NACIONAL
JAN-MAR/2000-2001

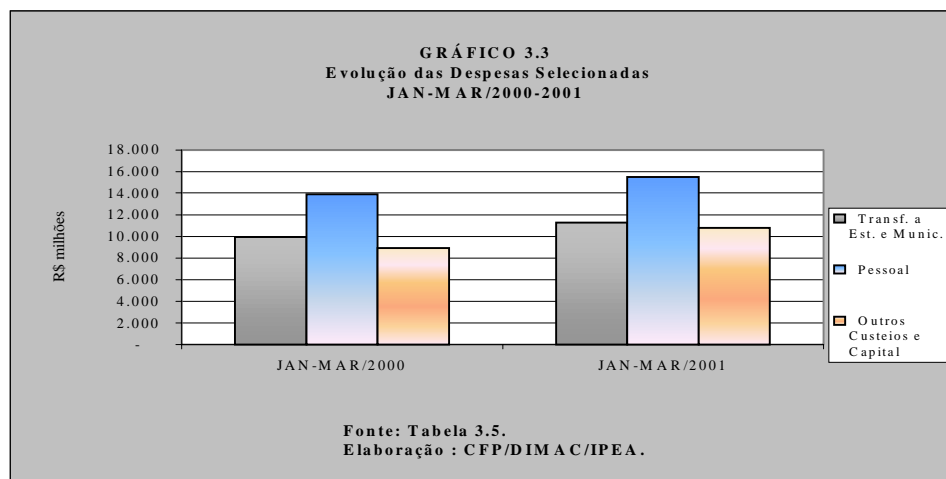
Especificação	Em R\$ milhões		
	2000	2001	Varição (%)
Despesa Total ⁽¹⁾	34.595	39.722	14,82
Transferências a Estados e Municípios ⁽²⁾	9.975	11.259	12,87
Pessoal e Encargos Sociais	13.886	15.481	11,49
Despesas do FAT	1.406	1.351	(3,91)
Outros Custeios e Capital	8.935	10.764	20,47
Subsídios e Subvenções Econômicas ⁽³⁾	393	867	120,58

Fonte : SIAFI - CCONT/STN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

(1) Apurado pelo critério de pagamento efetivo.

(2) Transferências Constitucionais mais Lei Complementar nº 87/96 e demais transferências.

(3) Corresponde aos subsídios de juros nas operações oficiais de crédito (custeio agropecuário, política de preços agrícolas e financiamento às exportações) e nas operações dos fundos regionais FNE/FNO/FCO mais a taxa de administração do patrimônio desses fundos.



Gastos com Pessoal

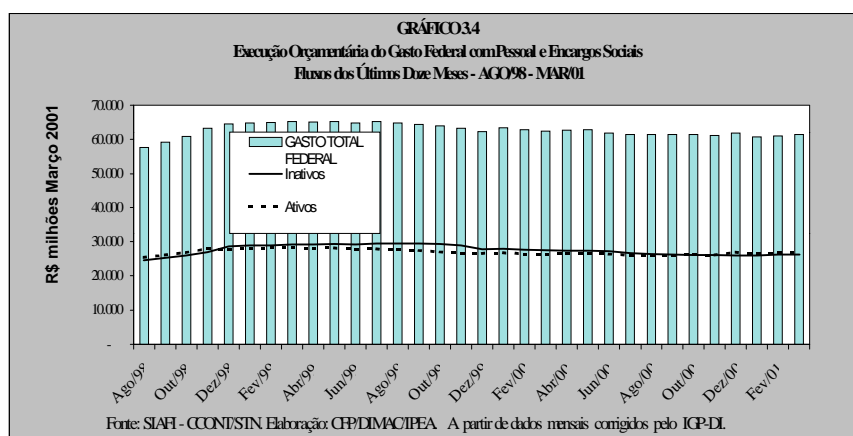
Os gastos com pessoal e encargos sociais, apurados pelo critério de competência, alcançaram R\$ 15,0 bilhões no primeiro trimestre de 2001, representando

crescimento nominal de 6,5 por cento em relação aos R\$ 14,1 bilhões verificados no mesmo período do ano passado. Pelo critério de caixa, as despesas com pessoal atingiram R\$ 15,5 bilhões contra R\$ 13,9 bilhões nesses

dois períodos, respectivamente, apresentando aumento de 11,5 por cento no mesmo intervalo. Por esse critério, essas despesas, como percentagem do PIB, tiveram ligeira queda, passando de 5,59 por cento para 5,43 por cento.

O aumento nominal das despesas com pessoal da União tem refletido a política salarial do Executivo em conceder

reajustes diferenciados a algumas categorias de servidores públicos, consideradas estratégicas, como as de fiscalização, professores universitários e as do grupo ciência e tecnologia. Outros fatores que explicam o aumento da folha foi a entrada em vigor da nova Lei de Remuneração dos Militares e o aumento dos gastos com pessoal dos poderes Legislativo e Judiciário.



Acompanhando a evolução real dos fluxos dos últimos doze meses das despesas com pessoal e encargos sociais (critério de competência), observa-se tendência de paulatina redução desses gastos a partir do início de 1999 (Gráfico 3.4). Em março último, a preços desse mês, essas despesas alcançaram R\$ 61,5 bilhões, o que representa queda de 1,5 por cento em relação às de março de 2000.

cento, enquanto que, com pessoal militar, os gastos aumentaram 13,7 por cento.

No primeiro trimestre de 2001, os gastos com pessoal ativo atingiram R\$ 6,48 bilhões e com inativos alcançaram R\$ 6,50 bilhões, conforme pode-se observar na Tabela 3.6. Em termos reais, comparando-se com os dados do mesmo período do ano passado, verifica-se que, enquanto os gastos com ativos caíram 3,1 por cento, as despesas com inativos aumentaram 4,4 por cento. Ressalte-se também que, no período analisado, os gastos com pessoal civil tiveram queda de 5,0 por

A tendência para 2001 é de gastos com pessoal crescentes, passando de R\$ 55,6 bilhões em 2000 para R\$ 64,5 bilhões no corrente ano, de acordo com o previsto na Lei Orçamentária anual. Em termos nominais, as despesas de pessoal aumentariam 16,0 por cento no corrente ano. As pressões por aumento dos gastos se dão nos três poderes da União. Na área do Executivo, prevêem-se gastos adicionais no ano da ordem de R\$ 1,5 bilhão com o reajuste dos militares. No âmbito dos poderes Judiciário e

Legislativo, haverá o impacto da medida tomada pelo STF, em fins do ano passado, de conceder reajuste de 12,0 por cento aos servidores, com o pagamento dos atrasados desde 1994 - só no Judiciário, a previsão inicial é de gastos de R\$ 2,4 bilhões com o pagamento dos atrasados e gastos anuais de R\$ 0,8 bilhão com o reajuste. Os gráficos 3.4 e 3.5 mostram o comportamento dos gastos federais com pessoal e encargos sociais nos últimos anos.

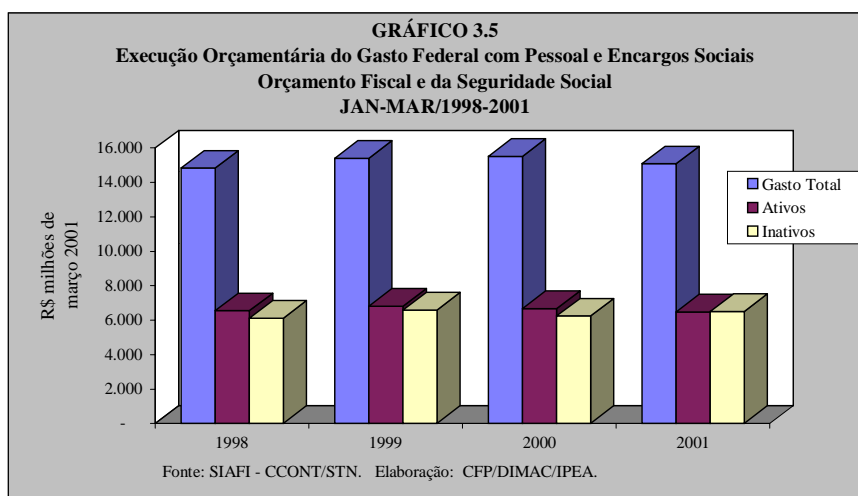


TABELA 3.6
GASTO PÚBLICO FEDERAL COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
JAN-MAR/1998 - 2001

	R\$ milhões de março/2001			
Denominação	1998	1999	2000	2001
A. Pessoal Civil	9.060,40	9.637,96	9.075,17	8.619,74
Ativos	5.104,81	5.415,80	5.145,37	4.884,18
Inativos e Pensionistas	3.955,59	4.222,16	3.929,80	3.735,56
B. Pessoal Militar	3.606,34	3.762,32	3.833,98	4.358,14
Ativos	1.435,56	1.394,60	1.536,14	1.593,55
Reformas e Pensões	2.170,78	2.367,72	2.297,83	2.764,59
C. Pessoal Civil e Militar (A + B)	12.666,74	13.400,28	12.909,15	12.977,88
Ativos	6.540,37	6.810,40	6.681,51	6.477,73
Inativos, pensionistas, reformas e pensões	6.126,37	6.589,87	6.227,63	6.500,15
D. Total União (C + Obrigações Patronais)	14.131,85	14.559,78	14.653,51	14.216,41
Pessoal Civil e Militar	12.666,74	13.400,28	12.909,15	12.977,88
Obrigações Patronais e Outras Aplicações	1.465,11	1.159,50	1.744,37	1.238,53
E. Transferências aos Estados e ao DF				
para Pagamento de Pessoal	686,55	826,17	847,69	849,18
GASTO TOTAL FEDERAL (D + E)	14.818,40	15.385,94	15.501,20	15.065,59

Fonte: SIAFI - CCONT/STN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA (a partir de dados mensais, corrigidos pelo IGP-DI).

Gastos por Funções

A execução do orçamento no primeiro trimestre de 2001 foi de R\$ 92,3 bilhões, correspondendo a apenas 22,5 por cento dos R\$ 410,8 bilhões da

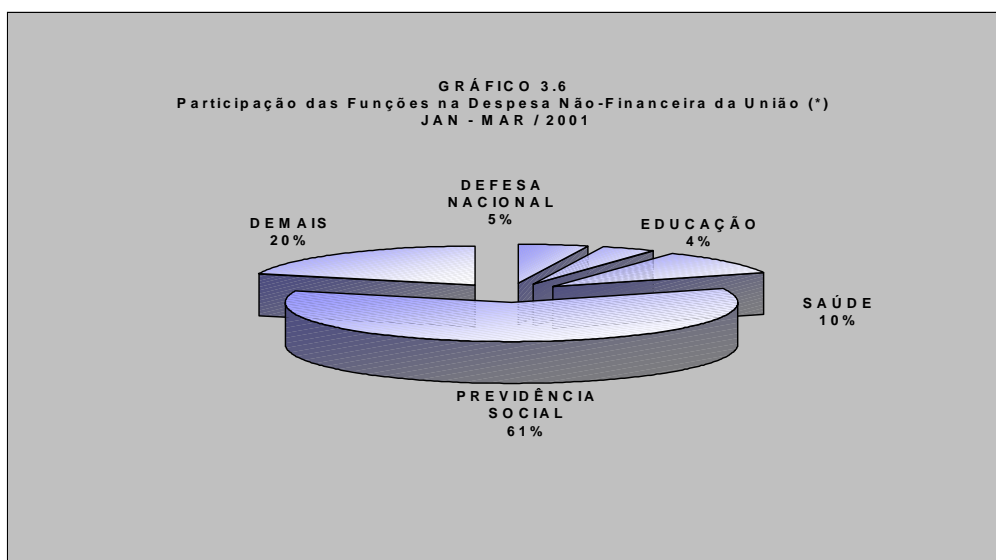
dotação orçamentária. As funções Encargos Especiais, que inclui o refinanciamento da dívida pública da União, com R\$ 52,4 bilhões, e Previdência Social, R\$ 24,2 bilhões,

juntos se apropriaram de 82,9 por cento do total de recursos da execução orçamentária.

Do total da despesa não financeira, isto é, excetuando-se os gastos com Encargos Especiais, a função Previdência Social que inclui benefícios previdenciários do INSS e gastos com inativos da União, foi isoladamente responsável por 60,5 por cento do total das despesas primárias efetivamente alocadas pela União no primeiro trimestre do ano. As funções Saúde, com R\$ 4,1 bilhões, e Educação, R\$ 1,6 bilhão, participaram, respectivamente, com 10,2 por cento e 4,1 por cento da despesa não-financeira. Outras funções que demandaram também grande volume de

recursos foram Defesa Nacional, R\$ 2,0 bilhões e 4,9 por cento de participação, e Judiciária, R\$ 1,6 bilhão e 4,0 por cento de participação. Nas demais funções de governo, foram alocados R\$ 6,6 bilhões, que representam 16,4 por cento do total da despesa não financeira.

Em função da rigidez imposta pelos programas Encargos Especiais e Previdência e devido à necessidade de cumprir as metas fiscais, a União continuará tendo, ao longo do ano, dificuldades em elevar os dispêndios com outros programas prioritários, como aqueles ligados às áreas de transportes, saneamento e habitação, bem como atender as crescentes demandas da área social.



Fonte : SIAFI – CCONT/STN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

(*) Exclui Administração financeira e Programação a cargo de estados e municípios.

3.2 PREVIDÊNCIA SOCIAL

No período de janeiro a março de 2001, o sistema de previdência social público e privado apresentou um déficit de R\$ 7,5 bilhões, tendo sido cerca de R\$ 1,1 bilhão superior ao resultado alcançado em igual período de 2000 (Tabela 3.7). A piora do resultado, a preços correntes, teve por base aumento dos déficits relativos tanto à previdência pública, como ao INSS. No primeiro caso, o déficit passou de R\$ 4,7

bilhões, de janeiro a março de 2000, para R\$ 5,6 bilhões, em igual período de 2001, refletindo sobretudo os reajustes salariais determinados pela revisão de diversos planos de carreira, como, por exemplo, dos militares. Já no que se refere ao INSS, o déficit passou de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 2,0 bilhões, como resultado dos aumentos concedidos aos benefícios previdenciários, ao longo de 2000, e também por força do crescimento das concessões de novos benefícios.

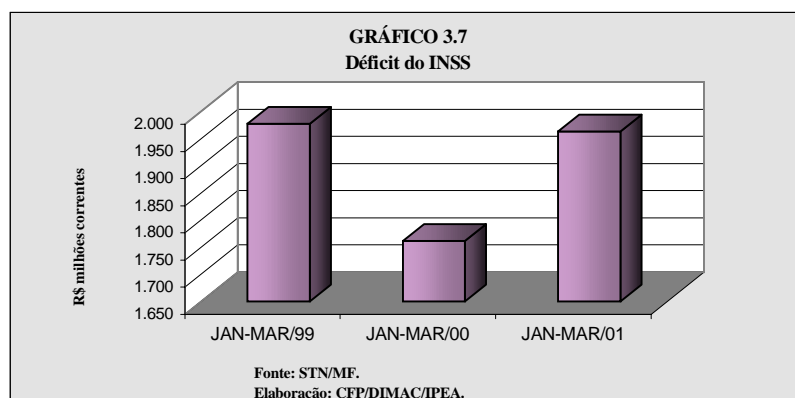
TABELA 3.7
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
JAN-MAR/2000-2001

Especificação	Jan-Mar/2000		Jan-Mar/2001	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
A. INSS	(1.761)	(0,71)	(1.963)	(0,69)
A1. Contribuições Previdenciárias	12.362	4,98	14.047	4,93
A2. Benefícios Previdenciários	14.124	5,69	16.010	5,62
B. Serv. Púb. Fed. (Civis e Militares)	(4.680)	(1,89)	(5.560)	(1,95)
B1. Contribuição Plano Seg. Social	967	0,39	898	0,32
B2. Despesa Aposent. Reform. E Pensões	5.647	2,27	6.458	2,27
C. Result. Previdência (A+B)	(6.442)	(2,59)	(7.523)	(2,64)

Fonte: STN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA

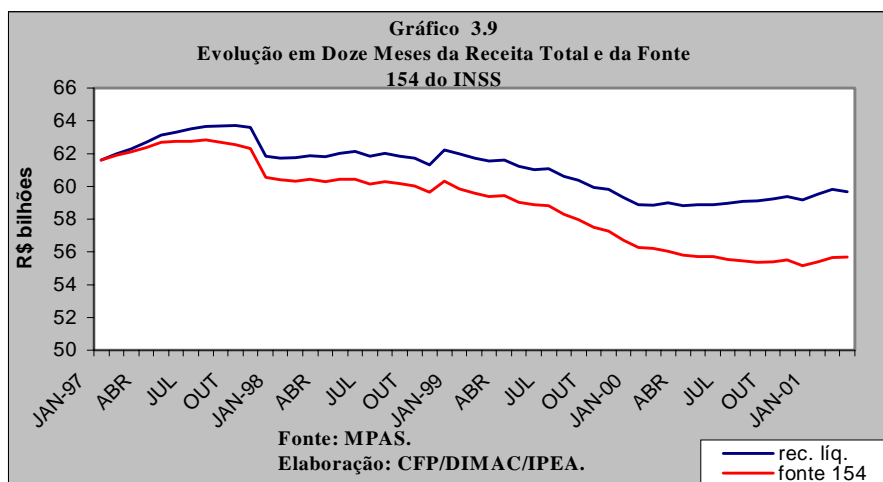
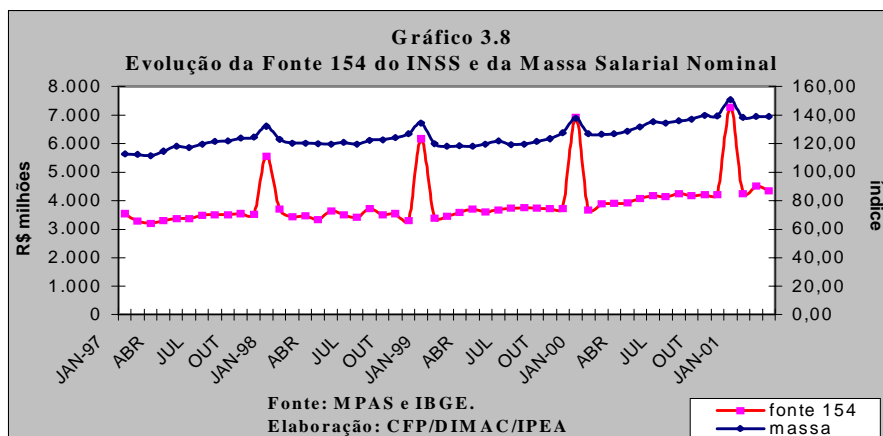
A piora do resultado previdenciário refletiu-se também na piora em termos de percentagem do PIB, exceto no que se refere ao INSS que, ainda assim, apresentou

uma pequena redução do déficit, que passou de 0,71 por cento do PIB, de janeiro a março de 2000, para 0,69 por cento do PIB no primeiro trimestre do corrente ano.



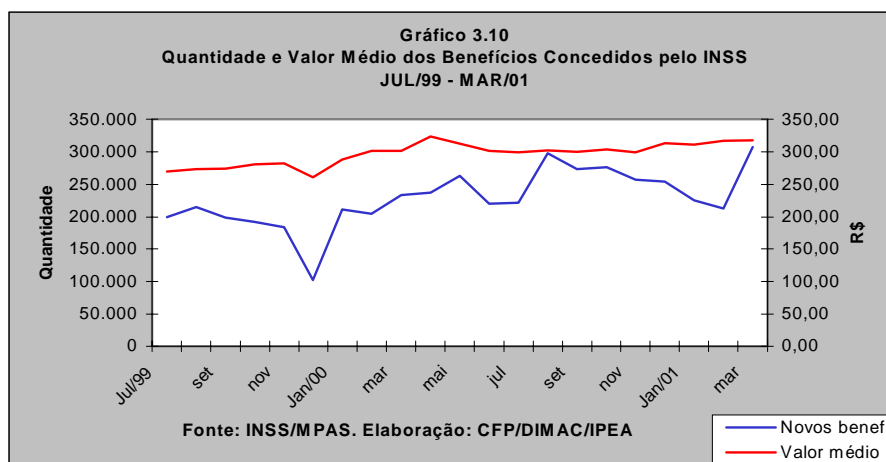
A arrecadação do INSS apresentou, no período em análise, uma pequena redução em termos de percentagem do PIB - 0,05 por cento -, que parece refletir apenas uma possível superestimativa do próprio PIB, por força da utilização de um alto IGP-DI como *proxi* do deflator implícito. A rigor, a arrecadação previdenciária, especificamente no que se refere à contribuição de empregados e empregadores à seguridade social (fonte 154), vem apresentando recuperação (Gráfico 3.8), ao acompanhar a evolução da massa salarial, a qual tem-se beneficiado bastante do aquecimento da atividade

econômica. Considerando-se a arrecadação total líquida do INSS, é possível verificar-se que o papel das demais receitas também tem aumentado no que tange à recuperação da receita previdenciária (Gráfico 3.9). Nessas demais receitas assume particular importância a arrecadação do Simples que apresentou um aumento nominal de 22,0 por cento no primeiro trimestre de 2001, em relação a igual período de 2000, atingindo o montante de R\$ 558,0 milhões neste período. Da mesma forma, as receitas do REFIS aumentaram de R\$ 8,0 milhões, para R\$ 118,0 milhões, no período em apreço.



No que se refere ao pagamento de benefícios previdenciários, verifica-se que também ocorreu uma redução em termos de percentagem do PIB - 0,7 por cento -, enquanto em termos nominais verificou-se um crescimento de mais de 12,0 por cento. Este aumento, entretanto, continua a refletir um crescimento acentuado do total de concessões de novos benefícios, paralelamente ao aumento do valor médio das concessões (Gráfico 3.10). A evolução das novas concessões vem sendo reflexo do aumento legal da abrangência do salário-maternidade, a partir do final de 1999, e também do acentuado e inexplicado crescimento dos benefícios relativos ao auxílio-doença. Cabe assinalar que, como reflexo da reforma da previdência social, as concessões de aposentadorias continuam decrescendo, tendo diminuído cerca de 6,0 por cento com relação a igual período de

2000. Entretanto, este efeito tem paralelamente sido acompanhado de um aumento do valor médio de todos os benefícios, o que acaba contribuindo para compensar negativamente o efeito da reforma constitucional, pelo menos até o presente momento. O mês de março apresentou um pesado crescimento das concessões de novos benefícios, mas apenas como resultado de um represamento ocorrido no início do ano, em função de férias dos funcionários do INSS, não sendo de esperar a continuação de tal crescimento no decorrer dos próximos meses.

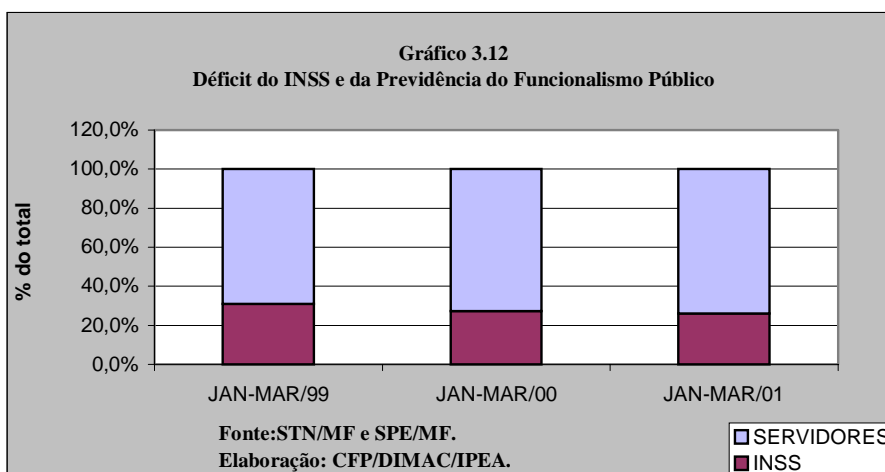
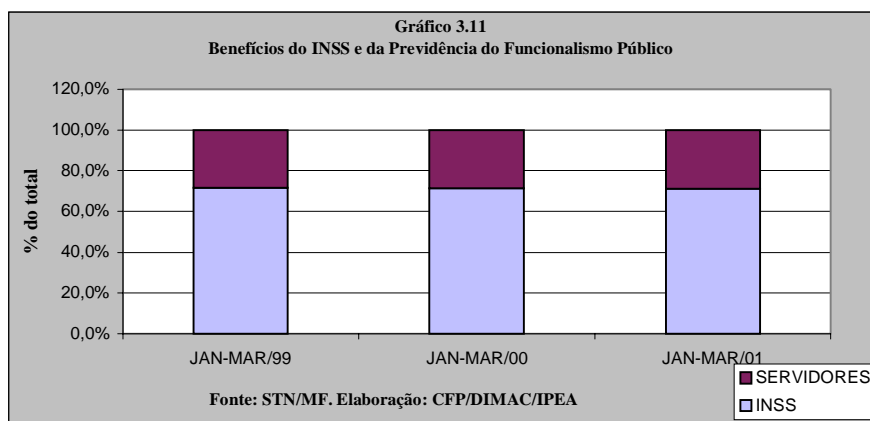


No que se refere à previdência do setor público, verificou-se um aumento nominal de 14,4 por cento nos gastos com inativos e pensionistas, de janeiro a março de 2001, em relação a igual período de 2000, enquanto a contribuição para o plano de seguridade do servidor mostrou uma diminuição da ordem de 7,0 por cento. Cabe assinalar que cerca de R\$ 100,0 milhões da receita relativa a janeiro de

2001 entraram no caixa da Previdência em dezembro de 2000, o que determinou uma queda aparente da arrecadação no trimestre, em comparação com 2000.

Em decorrência do aumento dos pagamentos de aposentadorias e da queda da arrecadação, o déficit da previdência pública acabou aumentando, em termos nominais, de R\$ 4,7 bilhões, no primeiro trimestre de 2000, para R\$ 5,6 bilhões, no primeiro trimestre de 2001, representando, respectivamente, 1,89 e

1,95 por cento do PIB. Isso levou a um aumento da participação do déficit da previdência dos servidores, no total do déficit previdenciário do País, passando a previdência dos servidores a representar 73,9 por cento do déficit total, contra 72,7 por cento no período de janeiro a março de 2000 (Gráfico 3.12).

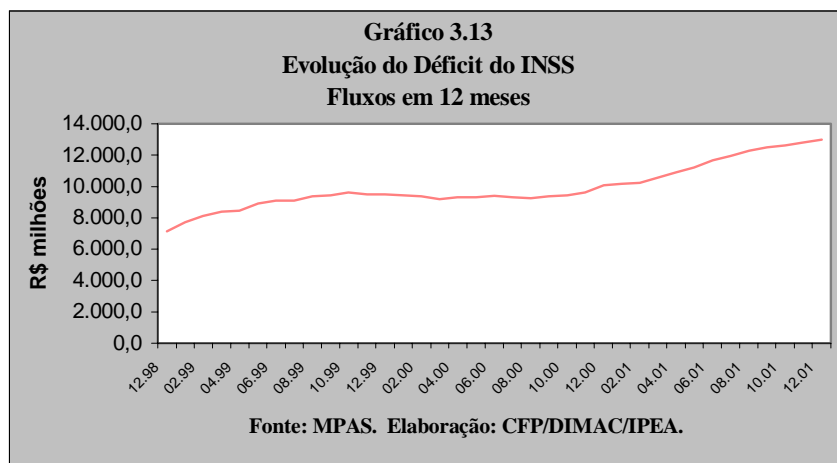


Para 2001, o crescimento econômico deverá continuar a ser favorável ao aumento da receita do INSS, em função da previsão de um aumento da massa salarial nominal. Entretanto, a elevação do salário mínimo para R\$ 180,00, além da manutenção de um elevado crescimento das novas concessões de benefícios previdenciários terá, como consequência um aumento do déficit de 2001, em comparação com o obtido em 2000. De fato, mesmo supondo-se, de maneira conservadora, um crescimento vegetativo

dos benefícios de cerca de apenas 4,0 por cento, e supondo-se também que a receita da contribuição previdenciária cresça com o PIB - 4,5 por cento - e que as demais receitas sejam mantidas, em termos nominais, nos níveis de 2000, prevê-se que o déficit do INSS poderá chegar a cerca de R\$ 12,9 bilhões (Gráfico 3.13). Apesar de alta, essa previsão é inferior aos R\$ 13,7 bilhões previstos no boletim anterior, tendo em vista o fato de o déficit do primeiro trimestre ter sido cerca de R\$ 10,0 por cento inferior ao que havia sido previsto.

Enquanto isso, a tendência para a previdência pública deverá ser de novas quedas em termos de porcentagem do PIB, apesar do aumento verificado no primeiro trimestre de 2001, por força da provável estagnação das concessões de novas

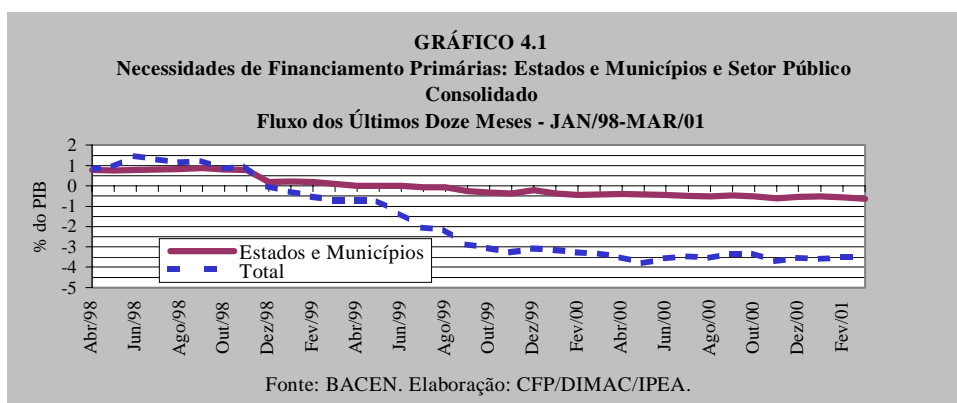
aposentadorias. Pode haver, entretanto, algum aumento do valor da folha de inativos e pensionistas, em decorrência dos aumentos concedidos a militares em janeiro de 2001, e pelas revisões nas carreiras de diversos grupos de servidores civis.



4 ESTADOS E MUNICÍPIOS

A necessidades de financiamento márias - fluxos dos últimos doze meses - dos estados e municípios atingiram um superávit de 0,62 por cento do PIB em março de 2001. Em março de 2000, o superávit foi de 0,43 por cento do PIB. O superávit acumulado no ano 2000 foi de 0,55 por cento do PIB. A melhora do resultado primário dos governos regionais, observada no primeiro trimestre de

2001, pode ser um efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Um outro fator que ajuda a explicar este desempenho é a gradual elevação do nível de atividade econômica, que tende a aumentar a arrecadação do ICMS e de outros impostos federais que determinam as transferências para estados e municípios. A evolução das NFSP dos estados e municípios, fluxo dos últimos doze meses, é apresentada no Gráfico 4.1.



Caso a melhora das contas regionais decorra principalmente da LRF por parte dos prefeitos e governadores, é de se esperar que a tendência de aumento do superávit primário seja mantida durante o ano de 2001. Por outro lado, se os

crescentes superávits forem consequência de ganhos de receita, a implementação de políticas monetárias que comprometam o crescimento da economia, bem como a possível perda de receita advinda do racionamento de energia, podem acabar por reverter essa tendência.

4.1 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

As transferências constitucionais a estados e municípios (Tabela 4.1) somaram R\$ 7,8 bilhões nos três primeiros meses de 2001, valor praticamente igual ao

observado no mesmo período de 2000. O fato das transferências não terem apresentado variações significativas no período observado pode ser um sinal de que a LRF está induzindo um ajuste nos estados e municípios.

TABELA 4.1
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A ESTADOS E MUNICÍPIOS ⁽¹⁾
JAN-MAR/2000-2001

R\$ milhões de março de 2001

Especificação	2000		2001		Variação (%)		Participação (%)	
	Mar(a)	Jan-Mar(b)	Mar(c)	Jan-Mar(d)	(c-a)/(a)	(d-b)/(b)	Mar/00	Mar/01
Brasil	2.561	7.491	2.180	7.750	(0,1)	3,5	1,0	100,0
Sul	338	998	293	1.028	(0,1)	3,0	0,1	13,5
Sudeste	542	1.599	468	1.675	(0,1)	4,7	0,2	21,5
Centro-Oeste	181	527	152	540	(0,2)	2,6	0,1	7,0
Nordeste	1.080	3.145	910	3.241	(0,2)	3,1	0,4	41,8
Norte	420	1.222	356	1.266	(0,2)	3,6	0,2	16,3

Fonte: STN/COFIN/DIREV. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA. Valores deflacionados pelo IGP-DI (FGV).

(1) Corresponde à soma das transferências de FPE, FPM e IPI-EXP. Já estão descontados os 15% do FUNDEF.

4.2 DÍVIDA ESTADUAL E MUNICIPAL

A dívida líquida total dos estados e municípios somou R\$ 207 bilhões em março de 2000, aproximadamente 38,0 por cento da dívida total. Ao compararmos esse valor com o de dezembro de 2000, observamos um crescimento de 11,7 por cento em apenas três meses. Esse crescimento ocorreu principalmente, de dezembro de 2000 a janeiro de 2001, com o aumento da dívida reestruturada dos estados e uma queda no item outros créditos, que inclui os créditos securitizados, CFTs, LFTs, contas A e B e aplicações financeiras.

Além das significativas variações nos dois itens especificados acima, também observou-se um crescimento, nos três primeiros meses do ano 2001, nos outros itens da dívida dos estados e dos municípios, com exceção da queda ocorrida nas dívidas bancárias (Tabela 4.2). Esse crescimento deve-se principalmente a correção nominal da

dívida de acordo com o IGP-DI.

A participação dos estados na dívida permaneceu praticamente inalterada em relação a dezembro de 2000. Os estados são responsáveis por 88,0 por cento da dívida.

A estrutura da dívida dos estados e dos municípios é similar. Atualmente, a dívida dos governos subnacionais praticamente se reduz à dívida junto ao governo federal, em decorrência dos sucessivos refinanciamentos patrocinados pela União e consubstanciados pelas Leis 7977/89 (inscrita na rubrica *Aviso MF 30*), 8727/93 e 9496/97 e do PROES (créditos da União para ajuste patrimonial dos bancos públicos estaduais). Somente os compromissos referentes à Lei 9496/97 atingiram, em março de 2001, cerca R\$ 186,0 bilhões – ou seja, 16,0 por cento do PIB -, e representavam mais de 89,0 por cento da dívida dos governos estaduais e municipais.

TABELA 4.2
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - ESTADOS E MUNICÍPIOS
Saldo no Final do Período

Especificação	R\$ milhões					
	Dez/99		Dez/00		Mar/01	
	Saldo (A)	% do PIB	Saldo (B)	% do PIB	Saldo (C)	% do PIB
Governos estaduais e municipais	170.784	15,8	185.324	16,3	207.174	16,6
Interna	161.382	14,9	174.265	15,3	195.062	16,5
dívida mobiliária líquida	12.318	1,2	2.201	0,2	2.280	0,2
dívida bancária	27.965	2,7	6.267	0,6	6.115	0,6
arrecadação a recolher	(273)	0,0	(277)	(0,0)	(530)	0,0
depósitos à vista	(3.162)	(0,4)	(3.376)	(0,3)	(4.043)	(0,4)
dívidas reestruturadas ⁽¹⁾	4.094	0,4	3.976	0,3	14.932	1,2
renegociação	144.472	13,2	183.121	16,1	185.888	15,8
outros créditos ⁽²⁾ e débitos ⁽³⁾	(24.032)	(2,3)	(17.647)	(1,5)	(9.580)	(0,9)
Externa	9.402	0,9	11.059	1,0	12.112	1,0

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA

(1) Inclui aviso MF-30, BIB, clube de Paris, dívidas de médio e longo prazo e PMSS (Programa de Modernização do Setor de Saneamento - empréstimos externos).

(2) Inclui *royalties*, Fundef e outros.

(3) Inclui créditos securitizados, CFTs, LFTs, contas A e B, aplicações financeiras e outros.

As empresas estatais aumentaram seus superávits nominais, passando de R\$ 1,0 bilhão no período de janeiro a março de 2000 - 0,4 por cento do PIB -, para R\$ 1,5 bilhão - 0,5 por cento do PIB - no mesmo período de 2001 (Tabela 5.1). As estatais federais foram as que mais contribuíram para este aumento, tendo seu superávit aumentado de R\$ 949,0 milhões nos primeiros três meses de 2000 - 0,4 por cento do PIB -, para R\$ 2,0 bilhões nos mesmos meses de 2001 - 0,7 por cento do

PIB. O crescimento do superávit nominal das estatais federais se deve à expansão do superávit primário dessas empresas e do menor nível das taxas de juros, relativamente ao primeiro trimestre de 2000. Por sua vez, as estatais estaduais se tornaram deficitárias, passaram de um superávit de R\$ 80,0 milhões para um déficit de R\$ 581,0 milhões, nos mesmos períodos analisados. As municipais aumentaram em 76,9 por cento seu superávit, passando de R\$ 13,0 milhões, janeiro a março de 2000, para R\$ 23,0 milhões no mesmo período de 2001.

Tabela 5.1
Necessidades Nominais de Financiamento das Empresas Estatais
JAN-MAR/2000-2001

Especificação	R\$ milhões			
	Jan-Mar 2000	% do PIB	Jan-Mar 2001	% do PIB
1. Federais	(949)	(0,38)	(2.032)	(0,71)
2. Estaduais	(80)	(0,03)	581	0,20
3. Municipais	(13)	(0,01)	(23)	(0,01)
T o t a l	(1.042)	(0,42)	(1.474)	(0,52)

Fonte: BACEN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

Obs.: Valores entre parênteses = superávits.

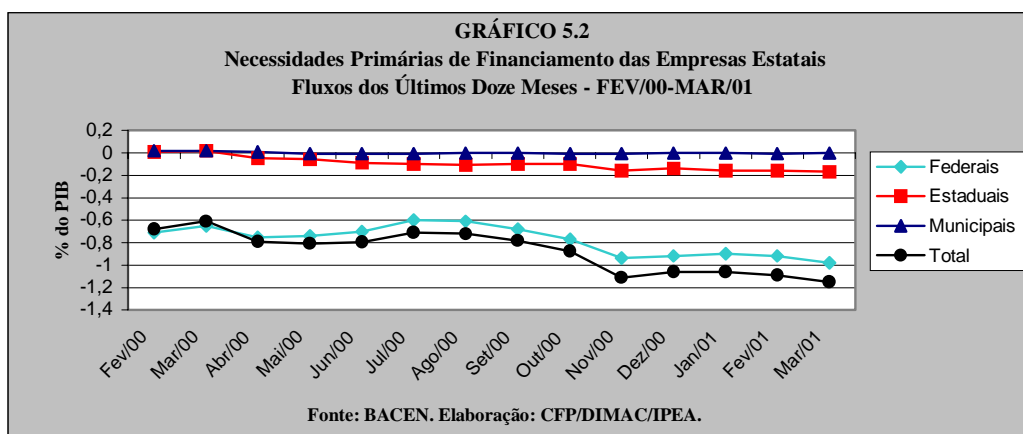
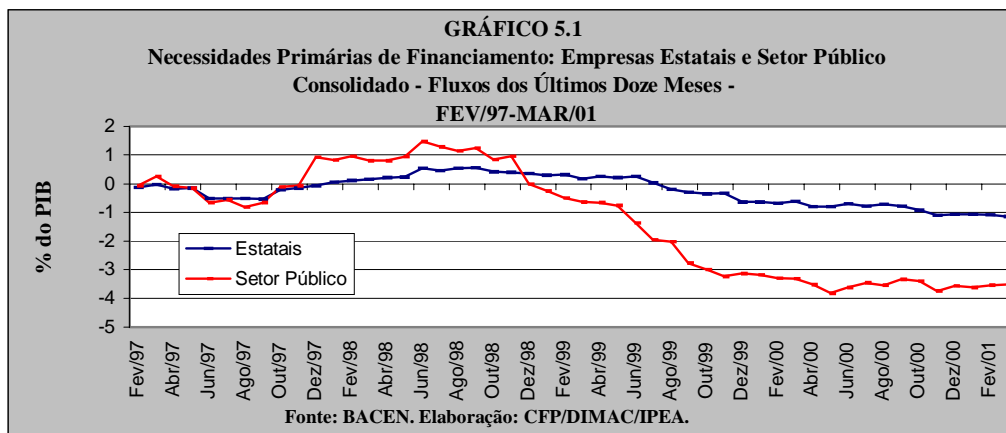
Quanto ao primário, os superávits das estatais aumentaram em 84,2 por cento, passando de R\$ 1,7 bilhão - 0,68 por cento do PIB -, de janeiro a março de 2000, para R\$ 3,1 bilhões - 1,09 por cento do PIB - no mesmo período de 2001 (Tabela 5.2 e Gráfico 5.1). Este aumento deve-se, principalmente, às estatais federais que passaram de R\$ 1,1 bilhão - 0,45 por cento do PIB - para R\$ 2,1 bilhões - 0,72 por cento -, no mesmo período, em seu superávit (Gráfico 5.2). Contribuíram para isso os aumentos de tarifas para a Petrobras e

Eletróbrás e o elevado aumento de preços do petróleo no mercado internacional. A Petrobras foi a mais beneficiada com o aumento de sua receita, principalmente porque passou a ter como referência de remuneração interna o preço externo do petróleo. Além disso, a expansão do resultado primário deveu-se à redução dos custos, em função do aumento da concorrência interna. Nas estatais estaduais, ocorreu elevação do superávit primário, em função da queda dos investimentos, comparado aos primeiros três meses de 2000.

Tabela 5.2
Necessidades Primárias de Financiamento das Empresas Estatais
JAN-MAR/2000-2001

Especificação	R\$ milhões			
	Jan-Mar 2000	% do PIB	Jan-Mar 2001	% do PIB
1. Federais	(1.112)	(0,45)	(2.063)	(0,72)
2. Estaduais	(535)	(0,21)	(1.011)	(0,35)
3. Municipais	(52)	(0,02)	(56)	(0,02)
T o t a l	(1.699)	(0,68)	(3.130)	(1,09)

Fonte: BACEN. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.
 Obs.: Valores entre parênteses = superávits.



O orçamento de investimento das empresas estatais federais para 2001 está orçado em R\$ 13,7 bilhões (destinados, exclusivamente, à aquisição ou manutenção de bens do ativo imobilizado), sendo 89,8 por cento para a área de infra-estrutura econômica (Tabela 5.3). O setor petróleo é o que possui a maior parcela, orçada em R\$ 8,3 bilhões - 66,6 por cento da infra-estrutura -, sendo os principais programas: aumento da oferta de petróleo e gás natural, com 50,6 por cento dos recursos aprovados; e R\$ 1,4 bilhão para atuação internacional na área de petróleo. O setor elétrico possui aproximadamente R\$ 3,2 bilhões - 26,0 por cento da infra-estrutura -,

com 43,7 por cento a serem alocados no seu principal programa, energia na rede sudeste. Com o processo de privatização, o orçamento das estatais deverá ter uma tendência de queda no médio e longo prazos.

No bimestre janeiro-fevereiro de 2001 foram alocados cerca de 8,6 por cento dos recursos totais aprovados, com o destaque para petróleo, com 10,3 por cento. As participações dessas alocações podem ser consideradas altas, dados os menores níveis de alocação para os primeiros meses do ano. Além disso, verifica-se que essas participações no primeiro bimestre de 2001 mantiveram-se praticamente nos mesmos níveis de 2000.

Tabela 5.3
Estatais Federais: Orçamento de Investimento em
Infra-Estrutura Econômica
2001

Setor	R\$ milhões		
	Orçamento 2001 (A)	Realizado Jan-Fev/01 (B)	Evolução (%) C) = (B/A)
1. Petróleo	8.259	854,8	10,3
2. Energia Elétrica	3.168	205,4	6,5
3. Transportes ⁽¹⁾	913	2,4	0,3
T o t a l	12.340	1.062,6	8,6

Fonte: MPO/DEST. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

Obs.: (1) Inclui Companhias Docas, INFRAERO, transporte hidroviário e Rede Ferroviária Federal (em liquidação).

As principais fontes de financiamento dos investimentos são os recursos próprios e as operações de crédito de longo prazo, com R\$ 6,6 bilhões e R\$ 5,2 bilhões, respectivamente. Na composição total dos gastos realizados com os

investimentos, no primeiro bimestre de 2001, os recursos próprios foram a principal fonte de financiamento, com a parcela de 90,4 por cento, contra 5,6 por cento das operações de crédito de longo prazo e outros recursos de longo prazo com 3,9 por cento.

5.1 PRIVATIZAÇÃO E DÍVIDA PÚBLICA

As privatizações e concessões efetuadas nos primeiros três meses de 2001 totalizaram cerca de R\$ 9,7 bilhões, sendo R\$ 6,1 bilhões das privatizações estaduais e R\$ 3,6 bilhões das concessões federais (Tabela 5.4). No caso das estaduais, os destaques foram as vendas da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE - R\$ 2,2 bilhões - para o Consórcio Guaraniânia (Iberdrola, Banco do Brasil Investimentos e Previ) e a do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO - R\$ 1,7 bilhão. No âmbito federal, ocorreram as concessões das bandas D e E de telefonia celular,

vendidas por R\$ 2,6 bilhões e R\$ 962,0 milhões, respectivamente. Vale ressaltar a dificuldade de transferir ao setor privado os ativos do setor elétrico federal, pois o volume de ações judiciais (particularmente sobre Furnas) foi elevado, de modo a dificultar o processo. As dificuldades para a privatização dessas empresas estão baseadas, principalmente, no equacionamento dos passivos trabalhistas (Furnas), definição sobre regulação das águas (Chesf) e a forma de viabilização econômico-financeira dos sistemas isolados (Eletronorte). As mesmas estão inseridas no cronograma 2001.

Tabela 5.4
Brasil: Resultados das Desestatizações
JAN-MAR/2001

Especificação	Resultado Geral das Desestatizações
1. Estaduais	6.078
1.1 CELPE	2.270
1.2 BANESTADO	1.737
1.3 CEMAR	893
1.4 Gás Sul ⁽¹⁾	596
1.5 SAELPA	370
1.6 Manaus Saneamento ⁽¹⁾	212
2. Federal ⁽¹⁾	3.628
2.1 Banda D	2.666
2.2 Banda E	962
Total	9.706

Fonte: BNDES. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

Obs.: (1) = Concessão. As demais são privatizações.

Segundo a sétima avaliação do acordo com o FMI (29/03/01), até setembro de 2001 estão previstas desestatizações totais no valor de R\$ 15,6 bilhões, dos quais R\$ 9,7 bilhões com privatizações - R\$ 5,2 bilhões estaduais e municipais e R\$ 4,5 bilhões federal - e R\$ 5,9 bilhões com concessões. Nos estados, os principais ativos a serem privatizados são: a geradora CESP - Paraná; as distribuidoras de energia elétrica Companhia Paranaense de Energia - COPEL e a Energética de Goiás - CELG; e os bancos dos estados de Santa Catarina, Ceará, Goiás e do Maranhão.

No âmbito federal, destacam-se: Furnas; Chesf (três geradoras e uma transmissora); Eletronorte (a hidroelétrica de Tucuruí, duas geradoras isoladas, uma geradora que fornece para o sistema interligado, uma transmissora do sistema interligado e duas empresas integradas que atendem sistemas isolados); e as concessões das bandas C e E (regiões 2 e 3) para telefonia celular.

O Tesouro Nacional recebeu, nos primeiros três meses de 2001, um total de R\$ 802,9 milhões das desestatizações e foram utilizados R\$ 360,0 milhões para amortização da dívida pública mobiliária federal. No período 1994 a março de 2001 foram transferidos ao Tesouro cerca de R\$ 50,5 bilhões das desestatizações, sendo os anos de 1998 a 2000 os de maior concentração dessa transferência. O valor total da dívida abatida está em R\$ 46,8 bilhões, com a maior parte concentrada, também, nos três últimos anos.

O compromisso do governo, junto ao FMI, é de reconhecer os passivos não registrados anteriormente, denominados "esqueletos", em um valor, não muito maior do que o valor a ser privatizado. Até setembro deste ano estão previstos R\$ 18,1 bilhões de reconhecimento de esqueletos, valor 16 por cento maior que o previsto para as desestatizações no mesmo período (R\$ 15,6 bilhões). Com isso, espera-se que os esqueletos não contribuam muito para o aumento da dívida pública, particularmente a de curto prazo, que tem o maior custo para a União.

O saldo da dívida líquida total das estatais atingiu, em março de 2001, o patamar de R\$ 26,5 bilhões ou 2,3 por cento do PIB. O grande endividamento está nas estatais estaduais com R\$ 32,5 bilhões - 2,8 por cento do PIB -, enquanto as federais estão com R\$ 8,6 bilhões de ativos líquidos. A participação relativa da dívida líquida das estatais na DLSP era de 4,5 por cento em março de 2001. Esse melhor

desempenho das estatais federais deve-se ao ajustamento dos custos na preparação para a privatização e ao aumento da receita de venda de bens e serviços (reajuste de preços e tarifas). As estaduais continuam com elevada participação no estoque da dívida, devido ao pequeno esforço de ajuste dessas empresas.

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E BOXES

GRÁFICOS

<u>Gráfico 3.1:</u> Necessidades Primárias de Financiamento do Setor Público Consolidado e Governo Central; Fluxos Acumulados dos Últimos Doze Meses; SET/98–MAR/01; % do PIB.....	11
<u>Gráfico 3.2:</u> Evolução da Arrecadação Federal; Fluxos dos Últimos 12 Meses; DEZ/94 – MAR/01; R\$ milhões de março/01.....	17
<u>Gráfico 3.3:</u> Evolução das Despesas Seleccionadas; JAN-MAR/00-01; R\$ milhões.....	19
<u>Gráfico 3.4:</u> Execução Orçamentária do Gasto Federal com Pessoal e Encargos Sociais; Fluxos dos Últimos Doze Meses; AGO/98-MAR/01; R\$ milhões de março/01.....	20
<u>Gráfico 3.5:</u> Execução Orçamentária do Gasto Federal com Pessoal e Encargos Sociais; Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; JAN-MAR/1998-2001; R\$ milhões de MAR/01.....	21
<u>Gráfico 3.6:</u> Participação da Funções na Despesa Não-Financeira da União; JAN-MAR/01.....	22
<u>Gráfico 3.7:</u> Déficit do INSS; R\$ milhões correntes.....	23
<u>Gráfico 3.8:</u> Evolução da Fonte 154 do INSS e da Massa Salarial Nominal; R\$ milhões.....	24
<u>Gráfico 3.9:</u> Evolução em Doze Meses da Receita Total e da Fonte 154 do INSS.....	24
<u>Gráfico 3.10:</u> Quantidade e Valor Médio dos Benefícios Concedidos pelo INSS; JUL/99-MAR/01; R\$.....	25
<u>Gráfico 3.11:</u> Benefícios do INSS e da Previdência do Funcionalismo Público.....	26
<u>Gráfico 3.12:</u> Déficit do INSS e da Previdência do Funcionalismo Público.....	26
<u>Gráfico 3.13:</u> Evolução do Déficit do INSS; Fluxos em 12 meses; R\$ milhões.....	27
<u>Gráfico 4.1:</u> Necessidades de Financiamento Primárias: Estados e Municípios e Setor Público Consolidado; Fluxo dos Últimos Doze Meses; JAN/98-MAR/01; % do PIB.....	28

Gráfico 5.1: Necessidades Primárias de Financiamento: Empresas Estatais e Setor Público Consolidado; Fluxos dos Últimos Doze Meses; FEV/97-MAR/01; % do PIB.....32

Gráfico 5.2: Necessidades Primárias de Financiamento das Empresas Estatais; Fluxos dos Últimos Doze Meses; FEV/00-MAR/01; % do PIB.....32

TABELAS

Tabela 2.1: Necessidades de Financiamento do Setor Público; Fluxos dos Últimos Doze Meses; Com Desvalorização Cambial; dez/97-mar/-01; % do PIB.....03

Tabela 2.2: Dívida Líquida (DLSP) do Setor Público Com Desvalorização Cambial; Saldos em Final de Período;1996 - 2001; % do PIB.....03

Tabela 2.3: Hipóteses de Simulação 2001 e 2001.....07

Tabela 2.4: DLSP e NFSP: Estimativas para 2001 e 2002; % do PIB.....07

Tabela 3.1: Resultado Primário do Governo Federal; Critério de Pagamento Efetivo; JAN-MAR/00-01; R\$ milhões e % do PIB.....11

Tabela 3.2: Resultado Primário do Tesouro Nacional; JAN-MAR/2000-2001; R\$ milhões e % do PIB.....13

Tabela 3.3: Arrecadação Federal: Receitas Permanentes - Arrecadoras e Regulatórias - e Transitórias; JAN-MAR/2000-2001; R\$ milhões dez/00.....15

Tabela 3.4: Arrecadação Federal: Impostos – Contribuições – Demais Receitas JAN-MAR/2000-2001; R\$ milhões março/01.....16

Tabela 3.5: Despesas do Tesouro Nacional; JAN-MAR/2000-2001.....19

Tabela 3.6: Gasto Público Federal com Pessoal e Encargos Sociais; Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; JAN-MAR/1998-2001; R\$ milhões de março/01.....21

Tabela 3.7: Resultado da Previdência Social; JAN-MAR/00-01.....23

Tabela 4.1: Transferências Constitucionais a Estados e Municípios; JAN-MAR/00-01; R\$ milhões de março/01.....29

Tabela 4.2: Dívida Líquida do Setor Público - Estados e Municípios; Saldo no Final do Período; dez/99-mar/01; R\$ milhões.....30

Tabela 5.1: Necessidades Nominais de Financiamento das Empresas Estatais ; JAN-MAR/00-01; R\$ milhões.....31

Tabela 5.2: Necessidades Primárias de Financiamento das Empresas Estatais; JAN-MAR/00-01; R\$ milhões.....31

Tabela 5.3: Estatais Federais: Orçamento de Investimento em Infra-Estrutura Econômica; 2001; R\$ milhões.....33

Tabela 5.4: Brasil: Resultados das Desestatizações; JAN-MAR/2001; R\$ milhões.....34

BOX

Box 1: Acordo Sobre Expurgo do FGTS.....05

Box 2: Alternativas de Política Econômica e o Custo Fiscal da Crise Argentina.....08